



# PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIX • N.º 204 • SÃO PAULO • PREÇO CR\$ 3,00

## delgado regressou a portugal

pag. 4

## agricultura em questão

pag. 16

## os trabalhadores - estudantes

pag. 5

## acertos portugal moçambique

pag. 3

## proteção aos camponeses

pag. 5

## senghor de novo em lisboa

pag. 3

## sanear a vida portuguesa

pág. 5

## angola

pag. 4

## “ Não há revolução sem leis revolucionárias ”



Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA







## Senghor visita Portugal



Presidente do Senegal no aeroporto de Lisboa ao ser recebido pelo General Costa Gomes

"Uma vez mais, estamos, minha mulher e eu, bem como a delegação que nos acompanha, felizes por nos encontrarmos em Portugal, depois do 25 de Abril. Queremos aproveitar a ocasião para saudar o movimento das Forças Armadas, que souberam libertar o povo de um perigo muito grave: o fascismo. Ao fazê-lo, ele retirou, ao mesmo tempo, a Portugal o opróbrio de quase toda a comunidade internacional tinha lançado sobre ele, por culpa dos seus dirigentes", afirmou o presidente da República do Senegal, Leopold Senghor, no decorrer do almoço que, no âmbito da vila de Sintra, lhe foi oferecido pelo primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves.

Após afirmar ter sido "com uma fé muito particular" que assistiu e participou no processo de descolonização dos territórios portugueses da África, com a "libertação do nosso continente", Senghor elogiou a atividade desenvolvida pelas Forças Armadas, "cuja ação histórica", disse, "favorecerá, sem dúvida, a aproximação das culturas africana e europeia, contribuindo para a edificação da Euro-África, que, através de nós, realizamos, antes de mais, o milagre da mesclagem cultural".

O presidente senegalês, salientou, depois, a figura de Amílcar Cabral, bem como a do povo português, o qual "através dos seus soldados, soube extrair de próprio impulso e a força necessárias para se libertar e libertar, ao mesmo tempo, aqueles que se encontram sob o jugo colonial".

A terminar a sua alocução, declarou, Senghor:

"Agora que já não há divergências entre Portugal e o Senegal, novas perspectivas se nos oferecem para uma estreita e fecunda cooperação. O Governo do povo senegalês está a isso disposto, desejam-no. Por isso, peço-vos que ergam as vossas taças para beber à

saúde do sr. primeiro-ministro da República Portuguesa, da senhora de Vasco Gonçalves, a quem apresento as minhas respeitadas homenagens, ao sucesso da democracia portuguesa e à cooperação luso-africana."

### COMUNICADO OFICIAL

Regressou a Dakar o Presidente Senghor após uma visita de quatro dias, durante os quais manteve importantes conversações com o Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes, com o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares.

O comunicado oficial da visita, anuncia que o presidente Senghor convidou o general Costa Gomes a efetuar uma visita oficial ao Senegal, o qual "aceitou com prazer este convite".

Ainda segundo aquele comunicado, os dois chefes de Estado, no decorrer da sua larga troca de impressões, "exprimiram as suas apreensões perante a instabilidade do sistema monetário internacional, suas consequências desfavoráveis no que respeita ao comércio mundial e, mais particularmente, à economia dos países do Terceiro Mundo". Igualmente foi afirmada "a necessidade de preservar a soberania dos estados sobre todos os recursos naturais, que incluem não só os do solo e subsolo, como também os do mar e de salvaguardar os seus direitos nas zonas marítimas respectivas".

"No plano bilateral", diz o mesmo comunicado, "os dois Chefes de Estado insistiram na importância de que se reveste o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Senegal e o Portugal novo e pronunciaram-se a favor do desenvolvimento e reforço da cooperação entre os dois países, nos domínios político, económico, científico e cultural".

## Suspensão o médico que recusou assistência a Varela Gomes

Da Secretaria de Estado da Saúde, recebemos a comunicação de que foi identificado e suspenso do exercício da sua atividade o médico que em Beja, há 13 anos, se recusou a prestar assistência ao então capitão Varela Gomes, gravemente ferido durante o abortado movimento revolucionário.

É o seguinte, na íntegra, o comunicado oficial daquele departamento de Estado:

"O 'Diário de Lisboa' de 13-1-75, sob o título 'Que médico tentou silenciar Varela Gomes?', publicou uma notícia em que se interroga sobre a identificação de um médico que teria recusado a prestação de assistência ao então capitão Varela Gomes, quando gravemente ferido durante o movimento revolucionário de Beja, há 13 anos.

Em resultado das diligências efe-

tuadas imediatamente por esta Secretaria de Estado e pelo sr. governador civil de Beja, apurou-se que se trata do dr. Joaquim José Delgado, subdelegado distrital de 2.ª classe, do Instituto Maternal, em Beja. Porque tal atitude denota uma decidida tomada de posição fascista, agravada pela falta de cumprimento do dever profissional em favor da adesão política, o secretário de Estado da Saúde mandou adotar imediatamente as medidas competentes contra o dr. Joaquim José Delgado, com a suspensão de exercício e vencimentos. Por esta Secretaria de Estado foi também dado conhecimento deste assunto ao Sindicato dos Médicos, ao comandante-geral da Guarda Nacional Republicana e à Comissão Coordenadora do Programa do Movimento das Forças Armadas".

As conclusões da reunião plenária em relação aos assuntos debatidos — reclassificação e saneamento, integração dos sargentos da Força Aérea nos órgãos do M. F. A., acesso ao oficialato e reestruturação de quadros, além de assuntos gerais da classe — foram entregues, para apreciação, ao chefe do Estado-Maior da Força Aérea, durante a sessão de encerramento. Ao chamar a atenção dos escalões superiores para as deficiências atualmente existentes no que respeita a problemas de assistência e outros, os sargentos da Força Aérea, considerando que o país caminha, tal como o pretende o programa do Movimento das Forças Armadas, para a socialização propuseram que os benefícios cuja necessidade apontam só sejam tidos em linha de conta quando do seu alargamento a todo o povo português.

Os sargentos delegados, tendo também discutido durante algum tempo os problemas atuais do país, declararam-se atentos ao momento político presente continuando dispostos, se necessário, a tudo sacrificar para garantir o total cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas.

Na última sessão a assembleia, com o intuito de premiar os seus membros que mais se manifestaram contra a ser-

## Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

vidão cega da classe de sargentos ao regime fascista, deliberou conceder, por aclamação, um voto de louvor e amizade aos sargentos Joaquim Pedrosa Teodósio, Agostinho António Pina Gonçalves e Alvaro de Oliveira, os quais foram punidos disciplinarmente por terem tomado a defesa da classe durante a vigência do regime anterior."

Missão mista Portugal x Frelimo

## Missão mista Portugal x Frelimo

Pode considerar-se como frutuoso o trabalho realizado durante uma semana nos domínios económico e financeiro, pela missão mista de negociações portuguesa e moçambicana", afirmou, ontem, à chegada a Lisboa, um dos representantes de Portugal, o dr. Oliveira Marques.

"É-me grato concluir — acrescentou — que, não obstante a vastidão e a complexidade dos problemas em causa, foi possível estabelecer bases a partir das quais se estabeleceram esquemas de cooperação que interessam aos dois povos. Teve-se presente, naturalmente, a fase atual do processo histórico que Portugal e Moçambique atravessam, só possível graças ao 25 de Abril e na qual os interesses dos povos são coincidentes e não contraditórios."

O dr. Oliveira Marques aludiu, por outro lado, à segunda fase das negociações, a realizar em Lisboa na segunda quinzena de Fevereiro, salientando que, até lá, as delegações portuguesa e moçambicana estudarão elementos necessários ao seu prosseguimento, pois "há elementos de natureza técnica que ficaram a ser recolhidos por ambas as partes, de forma a que se possa contar com eles".

Com o dr. Oliveira Marques regressaram igualmente a Lisboa os restantes membros da delegação portuguesa — drs. Walter Marques, Fernando Reino, Vicente de Carvalho, Freitas Mota, José Manuel Galvão Teles e Jorge Sampaio, comandante Mário de Aguiar e eng. António Martins.

## Sargentos da Força Aérea no M.F.A.

A integração no M. F. A. dos sargentos da Força Aérea e o saneamento da classe são pedidos nas conclusões do plenário que decorreu, em Sintra.

Num comunicado distribuído no final daquela reunião, os sargentos daquele ramo das Forças Armadas "declararam-se atentos ao momento político presente, continuando dispostos, se necessário, a tudo sacrificar para garantir o total cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas".

A sessão de encerramento do Plenário dos Sargentos da Força Aérea presidiu o general Mendes Dias, chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Os participantes no plenário homenagearam a memória do general Humberto Delgado, tendo uma delegação de sargentos depositado uma coroa de flores no gavetão onde se encontram depositados os restos mortais daquele militar e político.

### O comunicado final

É do seguinte teor o comunicado final do Plenário dos Sargentos da Força Aérea:

"Encerrou-se na Escola Superior da Força Aérea, em Sintra, o primeiro plenário de delegados dos Sargentos da Força Aérea.

A sessão de encerramento esteve presente o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general piloto aviador Narciso Mende Dias, acompanhado pelo comandante da Base Aérea n.º 1, coronel Lemos de Mesquita.

## PORTUGAL Trilha Nova

VARELA LEAL e FERNANDO COSTA

Comandam nova fase de Programações Lusas no rádio brasileira

RADIO EMISSORA ABC-1.590 Khz

sábados — das 11 às 13 horas

"Ao bom Portugal... com carinho"

(Música - Romance - Poesia)

domingos — das 11,30 às 14,30 horas

"Portugal Trilha Nova"

(Desporto e Música)

## SEculo XXI

LIVROS

Especializada em livros portugueses  
Atende pelo reembolso postal  
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315  
Fone: 33-5700 - São Paulo



## Os restos mortais de Delgado em Portugal

Os restos mortais do general Humberto Delgado foram acolhidos por cravos vermelhos, os mesmos cravos da Revolução que não chegou a ver, quando, numa urna coberta com a bandeira nacional, deram entrada na Igreja do Santo Condestável, a Campo de Ourique, aos ombros de militares da Força Aérea, por entre palmas das pessoas que quiseram ir receber de volta o "general sem medo."

Dez anos depois do seu bárbaro assassinio, cometido em terras de Espanha, para fazer pagar ao homem que ousou erguer-se publicamente contra Salazar o "crime" de ter desafiado o ditador, Humberto Delgado regressou, quase discretamente. Apenas umas escassas centenas de pessoas aguardavam o corpo do antigo candidato à Presidência da República no exterior e dentro da Igreja. A hora tardia e a chuva miúda e fria que caía não eram muito propícias a grandes manifestações, sobretudo depois da pequena-grande polémica que, nos últimos dias, se tem desenvolvido em torno da trasladação.

Durante a noite, no entanto, foram muitas as pessoas que passaram pela igreja para prestarem homenagem ao general Humberto Delgado, cujo funeral, com honras militares, se efectuou no dia 24 de janeiro passado.

### A exumação em Villanueva del Fresno

A exumação dos restos mortais de Humberto Delgado decorreu na presença do embaixador de Portugal em Madrid, dr. José Eduardo Meneses, de autoridades locais e de numerosas pessoas que, propositadamente, se deslocaram de Portugal.

O caixão de zinco foi colocado num novo ataúde, depois coberto com a bandeira portuguesa, sobre a qual se colocaram cravos vermelhos. Do cemitério daquela localidade espanhola, formou-se então um cortejo até ao aeroporto de Talavera La Real, onde a urna foi embarcada num avião da F.A.P.

Segundo um telegrama da agência France Presse, o embaixador português disse, então, aos jornalistas que "nestes momentos importa sobretudo o respeito para com a pessoa e a família do general Humberto Delgado, dado que não se tratava de um acto político mas sim íntimo", acrescentando que o general "era o símbolo da liberdade de Portugal".

Por seu turno, o advogado da família de Humberto Delgado em Espanha, Mariano Robles, autor do livro "Humberto Delgado: assassinato de um herói", declarou também durante a cerimónia que o general foi o símbolo da liberdade em Portugal e acrescentou que a mudança política verificada em Lisboa trouxe alguma luz fundamental para a evolução das investigações do crime.

"Por outro lado", disse, "Fienza Agostinho, membro da Pide, actualmente preso e claramente implicado no caso, pediu, segundo as minhas informações, para fazer novas declarações, porque quer formalizar certas acusações, a fim de não carregar sozinho as responsabilidades. Não sei se será aventureiro supor que a detenção, há dias, de alguns antigos ministros do regime anterior, possa ter sido motivada por essas declarações."

### O corpo velado pelo Presidente da República e pelo primeiro-ministro

Na Igreja do Santo Condestável, a Campo de Ourique, velou os restos mortais de Humberto Delgado durante algum tempo.

Pouco tempo depois, chegou o primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, que participou também na homenagem aos restos mortais do "general sem medo".

Também compareceram no tempo

o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, numerosos oficiais desta arma e representantes dos três partidos da coligação governamental.

### Honras militares no funeral

O funeral do antigo candidato à Presidência de República efectuou-se após missa de corpo presente, celebrada pelo padre Pires de Campos, saindo da Igreja para um gavetão, no cemitério dos Prazeres.

O féretro foi acompanhado por escolta militar até à porta do cemitério, onde se encontrava uma guarda de honra, composta por um batalhão de pára-quedistas, comandado pelo general Costa Maia, sendo depois feitas as salvas da ordenança, na altura própria, por uma companhia de pára-quedistas. O cortejo fúnebre foi sobrevoado por uma esquadilha de aviões da B. A. 5.

## A posse do novo alto comissário de Angola

"É sobre os militares que recaem as mais graves responsabilidades, perante o povo português e perante a Humanidade, por manter bem viva a não menos radiosa esperança, nascida naquela madrugada, de realizar na África de expressão portuguesa uma política de descolonização tão célebre quanto justa e que dê resposta mais adequada aos anseios dos seus povos nossos irmãos", afirmou o general Silva Cardoso, depois de tomar posse do cargo de alto-comissário de Angola, perante a Presidente da República, em presença do primeiro-ministro e de membros da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado.

O general Silva Cardoso afirmou, depois, que, "como militar, nunca poderia furtar-se a aceitar de corpo e alma o desempenho da elevada e espinhosa missão", disse que estava perfeitamente consciente da complexidade do processo de descolonização de Angola e, a propósito, declarou:

"É altura de procurar em mim as capacidades que, sem falsa modéstia, ainda não vislumbro, mas que terei de buscar sem desfalecimentos, confiante em mim próprio, na ideologia do Programa do M.F.A. e nos homens, sobretudo naqueles homens com quem mais directamente trabalharei e que serão amanhã os responsáveis pelos destinos da grande nação angolana que todos adivinhamos."

Após ter acentuado que sabia caber-lhe a missão de seleccionar os "percursos que não-de levar, por vias, democráticas e tão rapidamente quanto possível, às plataformas de onde se alcance um mais risonho porvir para todos quantos se sentem angolanos", o novo alto-comissário disse:

"Para a obtenção da vitória afinal que projectará o futuro de Angola, conto com o apoio dos meus camaradas de armas e dos órgãos de soberania portugueses, que passo a representar e com a cooperação franca e amistosa de todos, angolanos ou simples amantes daquele portentoso país, e em especial dos movimentos que desfraldaram a bandeira da liberdade."

A unidade de esforços será indispensável, neste processo. Só dessa unidade surgirá a força suficiente para superar as pressões que, ao serviço de interesses estranhos a Angola, não deixarão de tentar abrir ou alargar brechas na coesão imprescindível do povo angolano."

O Presidente da República, num curto improviso, saudou o general Silva Cardoso, afirmando que a ele cabia a tarefa de "harmonizar as divergências de carácter estrutural e ideológico que ainda separam os três movimentos angolanos", adiantando que "a colaboração entre os partidos e o Governo de Transição e entre os partidos e o alto-comissário é essencial para a resolução dos inúmeros problemas existentes".

O general Costa Gomes, antes de desejar felicidades ao alto-comissário de Angola, fez o elogio da acção desenvolvida pelo almirante Rosa Coutinho, que, no desempenho da sua missão, "evidenciou coragem, decisão e espírito de sacrifício".

ALMEIDA SANTOS: "Angola ressoa o futuro"

O ministro da Coordenação Interterritorial usou também da palavra, tendo começado por dizer que se erguem as melhores esperanças para se concretizar o que se previu no Alvor. Depois de saudar o general Costa Gomes e o brigadeiro Vasco Gonçalves, o dr. Almeida Santos afirmou:

"Seria irrealista pensar que tudo vai ser harmonia e consenso no esforço de transposição, do plano militar para o plano político, das forças em presença. Onde claudicar o pacto tripartido — que não deixará de ser honestamente tentado — terão de estar presentes a solicitude e o bom aviso do alto-comissário, meditado com isenção e ministrado com amizade. E sempre norteado pela estrela polar da procura, não de uma descolonização espetacular até à independência, mas de uma descolonização real, viável e promissora de paz e felicidade, sobretudo para além dela."

E a seguir:

"Quis o destino de Angola que viesse a lutar pela sua libertação, não como um todo homogêneo, mas através de heróis desgarrados, quando não hostis. Há que reconduzir à sua consciência de nação, ao heroísmo construtivo ao alcance da sua força somada. Onde tudo é propício ao despertar de uma portentosa pátria — desde as riquezas naturais a um destino messiânico —, seria pena que falhasse o homem, fim e medida de todas as coisas. Há que recrá-lo, se tanto for preciso, que despojá-lo de ambições sectárias, que retorná-lo à humildade individual com que a cada um cabe construir a felicidade de todos."

Angola ressoa o futuro e tem, para o mundo, ressaltos de esperança. Será grande e será Angola, a despeito dos erros dos homens. Mas, se pode sê-lo já, grave responsabilidade assumirão os que tentarem retardar a sua grandeza, a pretexto de atrelá-la ao carro das suas predileções circunstanciais.

Como nação africana, cumpre-lhe, antes de mais, não trair a África, a sua luta emancipadora, a sua identidade redimida. Como nação poderosa, assume a partida um dever de solidariedade para com os povos africanos mais fracos ou ainda colonizados."

O dr. Almeida Santos referiu depois a afirmação de alguém, segundo a qual "o M.F.A. foi, em relação a Angola, o quarto movimento de libertação", e a terminar disse:

"Com um pouco de sorte, teremos desenhado um futuro de construtiva e íntima cooperação entre os povos português e angolano, com as pessoas, as mercadorias e as culturas a passarem nos dois sentidos sobre a ponte da mesma língua e dos mesmos sentimentos. Teremos desenhado toda uma comunidade de nações de língua portuguesa com largo futuro no concílio dos povos. Vale a pena perseguir esse sonho."

## Angola e Portugal estreitarão amizade

O dr. Agostinho Neto esteve no gabinete do primeiro-ministro, a quem apresentou cumprimentos de despedida, e visitou também a sede do P.P.D. e a Sociedade Portuguesa de Escritores. O presidente do M.P.L.A. recebeu no hotel de Lisboa onde se hospeda, uma delegação do M.D.P.C.D.E.

Na sede da Associação Portuguesa de Escritores, Agostinho Neto foi recebido por José Gomes Ferreira, como "grande combatente e poeta de acção". Evocou a efeméride da destruição e dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores, de que a Associação é legítima herdeira, aquando da atribuição de um prémio a Luandino Vieira, militante do M.P.L.A., ato que se revestiu de especial significado, no tempo do fascismo.

O dr. Agostinho Neto, que usou seguidamente da palavra, disse a certa altura:

"Não por modéstia, mas por orgulho eu não me considero escritor, e digo isso porque, se fosse por modéstia, eu diria que, enfim, aquilo que escrevi não é nada. Escrevi alguns versos, queimei muitos outros por vergonha de os apresentar ao público. Foram publicados agora, aqui, alguns. Mas não foi a qualidade de escritor que me levou a escrever, foi a qualidade de combatente. Por isso, eu recuso a posição de modéstia, e é com orgulho que digo que o combate, afinal, resultou. Estamos aqui todos, hoje, reunidos, honrando de letras eminentes de Portugal, a celebrar um acontecimento que é o ideal de nós todos — o começo de uma nova situação, em que de fato a liberdade se pode materializar em cada país, especialmente nas colónias portuguesas e em Portugal."

Mais adiante, afirmou:

"A luta de libertação não se limitou à luta militar, não se limitou à luta política, mas foi muito mais profunda nas massas populares do nosso país, no sentido de as mobilizar, para que elas se tornassem psicológica e culturalmente independentes, e para isso muito contribuiu o pensamento daqueles que se dedicaram à literatura neste país, em Portugal, que está e estará sempre ligado a Angola, que estará sempre em sintonia com o nosso país."

Considerando a importância dos laços culturais nas relações futuras entre Portugal e Angola, preconizou a cooperação no sentido de uma comunidade de interesses, mas também de idéias, que permita aos dois povos resistir a novas tentativas de dominação vindas de grupos do interior e do exterior.

## O.U.A. pode ajudar Angola

LAGOS, (R.). — O "Daily Times" jornal nigeriano de grande circulação sugere que a Organização da Unidade Africana (O.U.A.) nomeie uma comissão para solucionar os conflitos que possam surgir entre os membros da coligação angolana. E escreve: "ao contrário da Guiné-Bissau e de Moçambique, onde o processo de descolonização foi muito mais fácil, Angola apresenta uma série de problemas políticos."

Prosseguindo, salienta que pondo de parte a questão do enclave de Cabinda e a estrutura do Governo de Transição, que não estão ainda resolvidos, os dirigentes dos três movimentos de libertação angolanos não partilham da mesma ideologia.

Nota, por outro lado, que os três líderes nacionalistas foram apoiados por benfeitores estrangeiros e grupos étnicos diferentes. E comenta:

"Cremos que estes elementos divisórios podem militar contra a formação duma força nacional de defesa angolana, para a qual cada partido deve contribuir com 800 homens".

Mais adiante, o "Daily Times" prevê que "a projetada eleição nacional em vez de unir o povo, dividi-lo em mais ainda segundo linhas étnicas". Portugal mostrou a sua boa intenção de seguir à letra a promessa de dar a independência aos seus territórios coloniais. É possível que não esteja consciente de alguns dos problemas inerentes à apressada fórmula que arranjou para a sua saída — frisa acrescentando:

"Portanto, é dever da Organização da Unidade Africana nomear uma comissão que possa constantemente ser o monitor do progresso da experiência angolana, utilizando os seus bons ofícios para solucionar quaisquer conflitos que surjam porventura entre os parceiros da coligação."



## Reunião de trabalhadores - estudantes

O Encontro Nacional de Trabalhadores Estudantes realiza-se a 22 e 23 de Fevereiro próximo, foi anunciado na sede do Movimento da Juventude Trabalhadora, durante uma reunião do grupo de trabalho "Trabalhador-Estudante e o Ensino Particular Noturno", com vista à elaboração de projetos de discussão.

O Encontro é constituído por quatro grupos de trabalho, o primeiro dos quais "O Trabalhador-Estudante e a Reforma Geral e Democrática do Ensino", está subdividido por quatro subgrupos: "Via escolar única", "Acesso dos trabalhadores aos vários graus de ensino", "Métodos pedagógicos" e "Ensino profissional". Os restantes três grupos, intitulam-se, respectivamente, "O trabalhador-estudante na empresa", "A organização dos trabalhadores-estudantes na escola" e "O trabalhador-estudante e o ensino particular noturno".

O programa do Encontro já está delineado, prevendo-se que no dia 22 haverá sessões de tarde e à noite, em que os diversos grupos de trabalho, divididos por sete secções, discutirão assuntos apresentados, cujas conclusões serão levadas a uma sessão a realizar no dia 23, de manhã, onde serão votadas.

O Encontro culmina com um colóquio, na tarde do dia 23, no Pavilhão dos Desportos, no qual serão discutidas as conclusões apuradas na sessão da manhã.

## Reivindicações de trabalhadores-estudantes do Porto

Trabalhadores-estudantes portugueses reunidos em assembleia geral no seu Rodrigues de Freitas, do Porto, deliberaram enviar uma exposição ao Ministro da Educação e Cultura, solicitando as seguintes questões tratadas durante a reunião: 1 - Os trabalhadores-estudantes têm dado significativo contributo para o produtivo nacional através da penosa acumulação da atividade profissional com escolar, em apreciável esforço de organização que a todos interessa; 2 - Têm sido, de certo modo, marginalizados parecendo ignorar-se que são autenticamente oriundos e interessados nas verdadeiras classes trabalhadoras; 3 - Têm sacrificado, para além do merecido descanso e do conforto familiar, o seu modesto orçamento ao suportar custos de matrículas, exames, livros, transportes e outras despesas deveras significativas; 4 - Têm vindo a frequentar cursos e a escolher matérias enquadradas nas tarefas produtivas do seu quotidiano profissional, o que implica não só o desejo de valorização lateral, como se deve entender, mas também apreciável benefício para a coletividade em que se inserem;

Têm sido, de uma maneira geral, prejudicados pela maioria dos empresários e outras entidades privadas ou públicas, muitas vezes só por não seguirem curso ou graus académicos, agora nem sempre reservados aos jovens e mais trabalhadores, dentro de uma obsoleta estrutura social que se deseja transformada, pelo menos a médio prazo.

Os trabalhadores-estudantes terminam a exposição solicitando que sejam tomadas as seguintes medidas: "a) Criação imediata de cursos noturnos do ensino superior visto haver disponibilidade de instalações e de professores; b) Facultar-se a ministração de aulas em regime de voluntariado, para a generalidade dos cursos, usufruindo das condições especiais atualmente aplicáveis a alunos-militares; c) Propôr a abolição dos exames de seleção, já que esta classe provou plenamente a sua maturidade".

## Alterado o regime de abono de família

O pagamento do abono de família por inteiro, através das Caixas de Previdência, dependia, até agora, da prestação de 20 ou mais dias de trabalho por mês, situação a que um despacho do dr. Henrique Santa Clara Gomes, secretário de Estado da Segurança Social, acaba de pôr termo. Assim, passa a ser suficiente, para que aquela prestação social seja paga, a existência de registro de salário ou situação equivalente do mês a que respeita.

O preâmbulo do despacho refere ainda: "Tendo em conta a função social daquela prestação, na compensação de encargos que não diminuem com a redução do trabalho, antes aumentam, por vezes, importa passar a garantir o seu pagamento integral, acabando com a correlação entre o montante da prestação e o dia de trabalho".

A medida, que representa uma fase prévia à completa desvinculação dos esquemas do abono de família do exercício de atividade profissional, está prevista na revisão a que a Secretaria de Estado da Segurança Social está a proceder na legislação sobre todas as prestações sociais em cumprimento do programa do M.F.A.

No final do despacho, refere-se que "para além da justificação social do pagamento do abono de família por inteiro, o mesmo impõe-se ainda, por imperativos de simplificação administrativa, do que resultarão, não só o mais rápido pagamento dos abonos mas, também, expressivas economias na gestão da Previdência".

## Direção geral de saneamento

O Estado-Maior General das Forças Armadas, através do S.I.P.F.A., comunica:

"Aguarda publicação na folha oficial um projeto de decreto-lei emanado do Conselho dos Chefes de Estado-Maiores das Forças Armadas, organizando, no Estado-Maior General das Forças Armadas, a Direção-Geral de Reclassificação e Saneamento, sob a direção de um membro da Junta de Salvação Nacional, e na qual se integra o Serviço de Coordenação da Extinção da P.I.D.E./D.G.S. e da Legião Portuguesa.

Pelo mesmo diploma, atribuem-se aos oficiais e ao presidente do referido serviço diversas competências profissionais relativamente aos autos de corpo de delito, e em que sejam arguidos de crimes, cometidos no exercício das suas funções, agentes ou colaboradores daquelas extintas organizações.

## A formação de ligas ou cooperativas na lavoura

Na Estação Agrária do Porto reuniram-se dezenas de representantes de vários conselhos da região de Entre-Douro e Minho, como membros de comissões liquidatárias de gremios da lavoura, ou representantes de ligas agrárias já formadas ou em formação. Presidiu o eng.º Fonseca Cardoso da federação das comissões liquidatárias, ladeado por Domingos Subida (Póvoa de Varzim), Fernando Quelrós (Valongo), Manuel Bento (Alfena) e eng.º Flávio Martins (Estação Agrária do Porto).

Elementos dos concelhos de Valongo, Guimarães, Lousada, Felgueiras, Gondomar, Paredes, Matosinhos, Maia, Póvoa de Varzim, Barcelos, Famlhão Penafiel e Vila da Feira, em conjunto com os técnicos Azevedo Lemos, Renato Marques e João Palm, participaram em interessante diálogo de esclarecimento quanto a experiências adquiridas e com trabalho de formação a ligas agrárias cooperativas de compra e venda.

Não só pelo diálogo estabelecido como também pela explanação de soluções para muitos dos problemas que afligem a lavoura, feita pelo eng.º Flávio Martins, a sessão foi muito proveitosa e serviu também para apresentação dos técnicos destacados para apoio à formação de ligas e de cooperativas em vários concelhos de aquém-Mondego, nomeadamente os eng. Nuno Magalhães e regentes agrícolas Salavaisa Vicente, Aniceto Costa, António Oliveira e João Canedo, além de Azevedo Lemos, João Paim e Renato Marques, já referidos.

## Assistência igual para trabalhadores rurais

O Conselho de Ministros, aprovou um decreto, emanado do Ministério dos Assuntos Sociais, que introduz significativas melhorias no regime de Previdência em vigor para os trabalhadores agrícolas, estabelecendo, de harmonia com a política social prevista no Programa do Movimento das Forças Armadas, as bases que permitirão, a curto prazo, nivelar a proteção social dos trabalhadores rurais com a dos outros trabalhadores.

Desta forma, no regime de Previdência, que abrange perto de meio milhão de trabalhadores rurais, introduziu-se o subsídio pecuniário de maternidade, o subsídio por morte, as pensões de sobrevivência e melhoraram-se substancialmente os subsídios por doença e as pensões de invalidez e velhice.

Os novos esquemas e melhorias envolvem um encargo anual superior a um milhão de contos, o que implica um aumento das quotizações tanto por parte dos trabalhadores como dos proprietários ou rendeiros, sendo maiores os aumentos destes, sobretudo quando com mais elevados níveis de rendimento coletável.

## Solicitado feriado o dia 31 de janeiro

Pelo governador civil do Porto foi remetido ao primeiro-ministro um telegrama em que se pede para voltar a ser considerado feriado nacional obrigatório o dia 31 de Janeiro, celebração dos percussores da República, abolida pelo governo fascista.

O Governo Civil pretende tomar iniciativa, juntamente com a Câmara Municipal, de celebrar festivamente a data do 31 de Janeiro, reatando a tradição de um cortejo cívico comemorativo, em que tomem parte, com os seus estandartes, todas as autarquias locais, partidos políticos, associações culturais, desportivas, de recreio, de beneficência, sindicatos, etc.

O Município foi já convidado a associar-se e a colaborar na preparação do programa.

O texto do referido telegrama é o seguinte:

"Tendo recebido hoje comissão Partido Socialista seção Porto solicitando minha interferência apolo sua pretensão ver novamente considerado feriado nacional obrigatório data 31 de Janeiro que governo fascista havia abolido, associo-me esse pedido certo representar vontade população deste distrito especialmente da cidade do Porto, que nunca esqueceu gloriosos combatentes primeira revolução republicana."

## Diario de Noticias

MURILLO MELLO  
CELIA DE MELO E MOURA

ADVOGADOS

Causas cíveis, criminais e trabalhistas  
Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/1100  
Fone: 33-1846 — São Paulo



EXPRESSO  
TUPINAMBÁ LTDA.

SERVIÇOS RÁPIDOS  
Transportes em geral para  
a Capital e todo o Brasil  
Rua dos Lilazes, 31 — São Paulo  
Fones: 275-6242 e 275-8914

Agora aos  
Domingos  
Das 11.00 às  
12.00 horas "Portugal  
sem passaporte"  
TV Tupi - Canal 6  
Rio de Janeiro

CAIXAS DE MADEIRA / CAIXAS "TAYLOR" / CAIXAS "SOBRALIT"

PEREIRA SOBRAL INDUSTRIA DE MADEIRAS S/A

RUA TAQUARI, 600 / FONES 933232 / 933233 / CAIXA POSTAL 3822 SÃO PAULO



# UMAS & OUTRAS do Rio EÇA VALE

E os colunistas da "Tribuna da Imprensa" continuam a dar grande apoio à democracia portuguesa, divulgando notas, prestigiando declarações das nossas autoridades, enfim, dando sua opinião sobre assuntos cruciantes. Vejam só o que diz J. Monserrat Filho sobre a autocensura. "Essa espécie de cancer é ainda mais perigosa porque se dá ao nível do inconsciente. Se intromete antes de você se sentar diante da máquina para o corpo-a-corpo com o papel em branco. Toda a atenção, todos os exercícios talvez não sejam suficientes para eliminar de todo a autocensura. Gerações de escritores portugueses sob quarenta e oito anos de fascismo, cochichavam que um dia os seus livros viriam à luz, saíam do esconderijo das gavetas para mostrar o que foi a escuridão salazarista".

E conclui Monserrat Filho: "Derrubado o salazarismo, não surgiu até agora nenhum desses livros. Pressupõe-se que a autocensura fez com a mente desses escritores o que a PIDE costumava fazer com seus interrogados".

Pois é isso caro Monserrat. Poucos foram os escritores portugueses que "conseguiram" passar suas obras, sempre perseguidos de perto pela censura salazarista. Assim e dentre outros romancistas, poderíamos apontar José Cardoso Pires, Augusto Abelaira e Urbano Tavares Rodrigues. Estes e alguns outros conseguiram dignificar o romance português, numa hora em que escrever certo, era arriscar demasiado. Na poesia a história é outra e muitos foram os que resistiram. Mas não esqueçamos que a poesia, mercê de sua alta conotação subjetiva, presta-se muito mais à luta e resistência política do que o próprio romance. Mas isto demandaria uma conversa longa que aqui e agora não é muito própria.

Um assunto deveras importante surgiu em Portugal. O que deve ser feito dos arquivos da ex-PIDE/D.G.S.? Devem ser destruídos? Conservados pelo Estado? Sujeitos a visita pública? Entendemos que material de tal relevância não pode ser puramente destruído. De forma alguma. Ele tem valor histórico sem dúvida, mas o valor do material chega a transcender o tal valor histórico. Trata-se de um verdadeiro exemplo — um exemplo negativo é certo, mas mesmo assim um exemplo — que devemos perpetuar pois servirá de verdadeira lição às jovens gerações. Todo o cuidado é pouco e tal arquivo deveria ficar à mão de estudantes e do povo em geral. Pois estudando as páginas negras da história também se aprende e muito.



Caxias: um túnel de má memória

A empresária Fernanda Pires da Silva enviou uma carta aberta ao General Costa Gomes com o óbvio intuito de comover a opinião pública. Na mesma carta ela estranha o devassamento feito em suas empresas, especialmente na conhecida Grão-Pará. Ela queixa-se também de que os trabalhadores teriam tomado conta de suas empresas, o que realmente não acontece. O que acontece é muito diferente do que divulga D. Fernanda.

Os trabalhadores pediram a intervenção do Estado para que fosse analisada a situação da empresa. Assim, os secretários de Estado do Tesouro, do Comércio Externo e Turismo e da Habitação e Urbanismo iniciaram um inquérito que durará 20 dias. Se o Estado concluir que há necessidade de intervenção, ela será consumada. Assim a "melosa" carta de Fernanda Pires da Silva tenta se antecipar aos resultados, certamente óbvios.

O fato é que Fernanda Pires da Silva conseguiu fazer um verdadeiro império sim, mas obtido à custa de imensos favores e não menos proteções. De recordar ainda que Fernanda Pires gastava verdadeiras fábulas com sua propaganda pessoal. De certa feita entregou 50 milhões ao antigo Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, a título de colaboração. Quer dizer, em vez de prestigiar os trabalhadores de suas inúmeras empresas, Fernanda Pires da Silva dava régios presentes a seus amigos, desde o conhecido Negrão de Lima ao menos conhecido, mas também favorecido, Gomes da Costa. Daí que o dinheiro da Grã-Pará depressa começou a diminuir — só D. Fernanda saberá porque — após a vitoriosa revolução do 25 de abril. Mas a esta altura dos acontecimentos, já não existem motivos para ninguém ter dúvidas. Afinal de contas Fernanda Pires da Silva sempre foi muito benquista por Marcelo Caetano, além de ser sócia do antigo presidente da Rádio Televisão Portuguesa, Ramiro Valadão. Este encontra-se preso devido a inúmeras fraudes e agora Fernanda Pires da Silva escreve cartas "sentimentalóides" ao Presidente Costa Gomes, lembrando as vitórias da "sua" iniciativa privada. Pra quê mais comentários?

O diretor do Centro de Turismo de Portugal, Jaime Mourão Ferreira, acaba de efetuar uma "limpeza" em regra no referido órgão, suprimindo nada menos que 12 funcionários do CTP. Sempre fomos de opinião que se faz necessário um organismo como o Centro de Turismo de Portugal. No entanto aquela delegação governamental tornou-se um verdadeiro cabide de empregos, onerando indevidamente o Estado português. Agora estão sendo tomadas algumas medidas visando dar maior dinamismo ao CTP e só esperamos que Jaime Mourão Ferreira acerte em cheio nas modificações que se propõe fazer.

Portugal acaba de propor um novo e original acordo do café, que aliás deixou surpresos todos os representantes dos demais países. A idéia simples, foi considerada "genial" por alguns dos representantes. Diz o engenheiro Antonio Medina, representante de Portugal junto da Organização Internacional do Café, instalada em Londres: "O que há a fazer é muito simples. Precisamos criar um mecanismo central e, por assim dizer, único: um estoque regulador acumulando um terço do consumo mundial do café. Já que o estoque é o mecanismo regulador do jogo da oferta e da procura, vamos colocar o estoque em nossas mãos". É evidente que qualquer acordo a ser feito levará em consideração os reais interesses angolanos, mas não deixou de criar certo impacto, no sisudo meio comercial londrino, a direta e objetiva proposta de Portugal. E a resposta dos especialistas não se fez esperar: dá certo!



## Livros Soviéticos

Novidades em espanhol, inglês e francês — Tecnologia — Medicina — Literatura —  
Rua Barão de Itapetininga, 88 —  
Galeria Itá — Loja 6A-Terrea  
01042 — SÃO PAULO-SP  
Atende pelo Reembolso Postal  
Solicitem catálogos.

## Emigrantes portugueses precisam de nova imagem

J. Alberto Braga

Cremos que é tempo de se falar um pouco sobre os emigrantes portugueses, principalmente agora que a Secretaria de Emigração se propõe a fazer um trabalho original e também inédito. Antes, no regime salazarista, o emigrante era simples fonte de divisas, um número a mais dentro duma política que fazia da exoporação de gente, uma de suas maiores vitórias.

Claro, a meta não estava na emigração pura e simples. O governo salazarista sempre esperava o troco. E os emigrantes "correspondiam", não porque apoiassem a política governamental, mas porque sua família continuava na metrópole, bem como a terra que eles amavam. Aí o Governo, vergonhosamente, explorava. Os emigrantes bem sucedidos economicamente — uma minoria, diga-se de passagem — eram exibidos como exemplo para os demais. E aqueles que mais se destacassem no apoio ao regime, esses então poderiam até ganhar uma foto com o big chefe ou então, quem sabe, a almejada comenda.

Sim, esse tempo acabou. Porque aquele modo de proceder só acirrava a competição. Não uma competição sadia para o melhor, mas a competição do oco e do ornamentoso, enfim o competir na bajulação. O emigrante português que caísse nas mãos dos "líderes" da colônia, estava desgraçado. Bem, era (ou é) obrigado a participar de banquetes, comensais e gastronomias que tais. Em seguida era testado seu "patriotismo". E tome donativos para festinhas sem significado, para promoções ridículas feitas por elementos sem qualificação. O que se via então, e o que ainda se vê infelizmente, é a caça ao elogio ridículo e sem significado, porque simplesmente comprado. Alguns então se tornaram "profissionais" na arte de distribuir comendas e títulos de cidadão carioca.

Aqui é bom esclarecer algo, para que não se façam confusões. Ser carioca é um estado de espírito. Ou se sente o Rio de Janeiro por dentro com alma e devoção, ou então ostenta-se um cariquismo de encomenda, como de encomenda são alguns títulos por aí distribuídos. Assim há uma grande diferença entre aqueles que não precisam de tais artifícios, daqueles outros que dão verdadeiras fortunas para aparecerem com mais um títulozinho por amor de Deus.

Bem, eu falava então dos profissionais da bajulação. Entre muitos, porque não vale a pena forçar a memória, lembro de um analfabeto radialista e duma cozinheira que "escreve" nos jornais da colônia. O radialista sugou verdadeiras fortunas através da arte (com pouca arte aliás) de elogiar. Usando um programa de rádio e uma coluna que mantém há anos num jornal da colônia, o dito radialista — um Ibrahim de quinta categoria — vem extorquindo verdadeiras fábulas de seus conterrâneos. Quanto à cozinheira especializou-se em títulos de cidadão carioca, distribuídos fartamente pelos mais prósperos, que viram doutores, professores ou gênios, conforme a cotação financeira dos indigitados.

Não vou dizer que tenho pena daqueles que entregam verdadeiras fortunas para serem falados. E nada tenho a ver com o negócio daqueles outros que vivem de elogiar a brilhantina do comendador X. Isso é um problema totalmente secundário. O que importa, o que preocupa, é que uns e outros insistem em falar em nome de Portugal e aí alto lá com o andor que o santo tem pés de barro. Assim, aqueles outros que usam veículos de comunicação, extravasando seus analfabetismos, estão fazendo uma má propaganda de nosso país. Porque a cozinha é para as cozinheiras, a faculdade para os estudantes, os jornais para os jornalistas, o comércio para os comerciantes e por aí vai. Quando se invertem os papéis, aí então é uma confusão que ninguém mais se entende.

Volto a lembrar que a maioria dos emigrantes portugueses no Brasil estão totalmente à margem destas acontecimentos. Os emigrantes portugueses são trabalhadores, simples e ordeiros. Infelizmente alguns deles permitem que o dinheiro lhes suba à cabeça, e aí então é um Deus nos acuda. Aqueles oportunistas, que sempre existem em todos os lugares, promovem a instintiva vaidade dos emigrantes e aí surgem as ridículas poses em festas de gosto dúbio, promovidas na rádio, imprensa e TV. Alguém deve fazer alguma coisa para diminuir o ridículo, agora que estamos imbuídos de novas proposições.

Seria pedir muito ao Consulado, talvez através da própria Secretaria de Emigração, que fizesse uma campanha nesse sentido? Uma campanha que alerte os portugueses para o tipo de exploração fácil de que estão sendo vítimas. Como já afirmei, é o nome de Portugal que está em jogo. Não temos motivo algum para nos sentirmos diminuídos frente a qualquer emigrante. Até porque emigrantes somos todos nós. O que não podemos aceitar é o tipo de exploração mediocre e vergonhosa, de que são vítimas certos portugueses. Estes, ao insistirem na publicação de seus títulos e fazendo valer adjetivos para naturais sucessos comerciais, estão promovendo uma imagem negativa, querendo elevar o superfluo e obtendo muitas vezes o ridículo.

Promover de forma socioeconômica e cultural os emigrantes, é um trabalho de todos. Mas alertar os portugueses para o tipo de exploração de que estão sendo vítimas, é um trabalho para o Governo, possivelmente através da Secretaria de Emigração. Portugal e os portugueses precisam ser promovidos sim, mas pelos seus valores naturais e nunca pelos ridículos e absurdos elogios pessoais, pois a nossa sociedade já não pode permitir tais vícios.

### Livraria DUAS CIDADES

livros nacionais  
livros importados (em francês, inglês, italiano e espanhol)  
Rua Bento Freitas N.º 158  
Fone: 220-5134 — São Paulo



### MATADOURO AVÍCOLA SÃO CAETANO

aves vivas e abatidas atacado e varejo  
Rua Baraldi, 491 — Tel.: 442-5010 São Caetano do Sul

leia, assine e divulgue

## PORTUGAL DEMOCRÁTICO

a verdade sobre a nova realidade portuguesa

edição nacional

à venda em todas as bancas





## A CULTURA DO TABACO AUTORIZADA NO CONTINENTE

Um decreto-lei, enviado para o "Diário do Governo" pelo Ministério da Economia, levanta a proibição da cultura do tabaco no território do continente. Essa proibição datava de 11 de maio de 1927, não abrangendo, porém, as ilhas adjacentes, onde, aliás, o produto não é de primeira qualidade, pelo que se torna necessário misturá-lo com tabacos americanos.

A autorização da nova cultura, depois da permissão de produção de açúcar, vem certamente beneficiar a economia nacional, na medida em que evita a saída de divisas.

Segundo declarações do dr. Dantas Teixeira, responsável do departamento de Planejamento da Secretaria de Estado da Agricultura, ao nosso prezado colega "A Capital", não há, de momento, qualquer plano da nova cultura, acrescentando, porém, que o território continental tem condições ecológicas para a exploração do tabaco, designadamente no Sul.

Como se sabe, a cultura do tabaco faz-se em vários países da Europa, nomeadamente nos campos de Badajoz, na vizinha Espanha.

## PORTUGAL FAZ SUA ESTRÉIA NA FEIRA DE LEIPZIG

**BERLIM ORIENTAL** — Nove mil expositores de 60 países — entre os quais Portugal — estarão este ano representados na tradicional Feira da Primavera, em Leipzig, que se inaugura no dia 9 de março.

Portugal, Paquistão e Peru farão a sua estréia oficial na Feira, ao passo que a Indonésia, voltará a expor em Leipzig, após uma longa ausência.

Os Estados Unidos terão um pavilhão oficial de informações, o que coloca a sua representação na mesma linha da da Inglaterra, França, Itália,

Austria, Japão, Bélgica, Dinamarca e Grécia.

Ao todo, estarão representados 27 países industrializados capitalistas, compreendendo 2.200 expositores.

A Índia, que terá a sua 20.<sup>a</sup> presença consecutiva, e que dispõe este ano de mais espaço, continua a ser o maior expositor entre as nações em vias de desenvolvimento.

A União Soviética, comparecendo com 27 corporações de comércio externo e uma enorme gama de artigos em exposição será o principal participante no que toca a países comunistas.

O diretor da Feira, Friedrich Wonsack, disse, em conferência de Imprensa dada recentemente em Berlim Oriental, que serão estrangeiros metade dos expositores e que o certame deverá receber visitantes que se deslocarão de 90 países.

Entidades relacionadas com a Feira informaram que há necessidade de maior espaço para a construção dos pavilhões, dado o elevado nível de representações e não obstante o fato de estarem ausentes muitas firmas ocidentais devido ao flagelo da inflação.

## A BANCA INTERNACIONAL CONCEDE VULTOSOS EMPRÉSTIMOS A ENTIDADES PORTUGUESAS

**LONDRES, (A.N.I.)** — A Companhia Geral de Cal e Cimento de Portugal conseguiu um empréstimo de catorze milhões de dólares no mercado europeu de capitais, anuncia o Citicorp International Bank.

Aquela verba, reembolsável em seis anos, tem a garantia do B.E.S.C.L., de Lisboa, e destina-se a auxiliar a construção de instalações adicionais para a produção de cimentos de Setúbal, projeto orçado em 48 milhões de dólares.

Anuncia-se igualmente que o departamento de garantia de créditos para a exportação garantiu um empréstimo de três milhões de libras (cerca de 175 mil contos), que o Midland Bank concedeu ao Banco de Fomento Nacional, de Portugal.

Segundo os termos do empréstimo, os exportadores britânicos receberão do empréstimo 85 por cento do preço de contrato, sendo os restantes quinze por cento pagos pelos próprios compradores.

## SUSPENSÃO A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE DESPEJO

Um decreto-lei dos Ministérios da

Administração Interna e da Justiça, ontem enviado para o "Diário do Governo", manda suspender imediatamente todas as execuções de despejos ordenados em ações, tanto de processo comum como de processo especial. O diploma tem por objetivo evitar "fatos consumados de execução de despejos em curso, em casos que a legislação em estudo contemplará", salvaguardando-se assim situações de injustiça relativa.

As ações de despejo suspensas referem-se aos casos, verificados no continente e nas ilhas, de caducidade de arrendamento para habitação previstos nas alíneas c) e d) do artigo 1051.º do Código Civil ou as ocupações relativas a arrendamentos comerciais sem título bastante, aspecto este de que beneficiam, em número muito elevado, pequenos comerciantes em risco de despejo.

São também suspensas de imediato, nas mesmas ações, todas as execuções de despejo de habitações, quer judiciais, quer administrativas, respeitantes a prédios situados no concelho do Porto e freguesias urbanas de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Maia e Matosinhos, em todos os casos em que o despejo foi determinado com base em sublocação ou pelo arrendatário contra meros ocupantes sem título legal de subarrendamento ou de albergaria.

## POLÍTICA DE ABASTECIMENTO

O Secretário Geral do Estado do Abastecimento e Preços declarou a um jornalista da "Flama":

— A Secretaria de Estado dispõe já de planos e de agentes de compras a atuar nos mercados de origem dos produtos, comprando geralmente com muitos benefícios para o País, obtendo, designadamente, uma substancial economia de divisas.

Esta forma de encarar o problema tem, entre outras, as seguintes vantagens:

- 1 — Execução de uma política de abastecimento com um menor dispêndio de divisas;
- 2 — "Controle" mais efetivo da política de preços;
- 3 — "Controle" mais efetivo do poder político sobre o poder econômico;
- 4 — Transferência do mercado de fretes e de seguros das empresas estrangeiras para nacionais, possibilitando a estas empresas um importante volume de negócios que estava exclusivamente nas mãos de agentes estrangeiros.

Quanto aos intermediários que atuam no mercado interno, é natural que em breve sejam tomadas medidas que levem à eliminação dos parasitários ainda existentes.

A estrutura do comércio a retalho deve ser alterada, designadamente através dos apelos aos pequenos e médios comerciantes, dentro das regras de comercialização que irão ser definidas setorialmente.

## INFLAÇÃO CONTIDA

**LISBOA (A.N.I.)** — Depois da rápida subida registrada durante o mês de setembro, a inflação parece ter sido contida em quase todo o território nacional, de acordo com os "indicadores econômicos-sociais" do Instituto Nacional de Estatística relativos ao mês de novembro.

Com efeito, naquele mês o índice dos preços no consumidor sofreu uma ligeira descida em Lisboa, passando de 268 para 264 pontos depois de ter atingido 275 no final de setembro.

No Porto, o índice de preços no consumidor manteve-se em novembro nos 265 pontos atingidos em outubro, e 267 em setembro. Em Coimbra os referidos valores foram, respectivamente, 256, 256, e 256, em Évora, 262, 267 e 250, em Viseu, 262, 260 e 254, e em Faro, 316, 312 e 319.

Quanto aos preços da alimentação verifica-se que de outubro para novembro apenas subiram na cidade de Évora, onde o respectivo índice cresceu de 244 para 252 pontos. Nas restantes cidades os preços ou desceram de forma pouca significativa ou mantiveram-se inalteráveis.

No que diz respeito à habitação verifica-se que o índice das rendas das casas alugadas durante o mês de novembro em Lisboa desceu consideravelmente.

Para se dar uma idéia da referida descida basta dizer que o índice do custo da habitação subira de 350 para 396 pontos, em agosto, iniciando-se a depressão em setembro, para 375, 316 em outubro e 283 em novembro, o que dá uma descida percentual de 28 por cento no valor das rendas contratadas em novembro, relativamente às do mês de agosto.

## Proprietários deixam morrer o gado à fome

Por despacho do Secretário de Estado da Agricultura de 20 de janeiro, vão ser tomadas providências em relação a duas herdades do Alentejo, onde, após inquérito, se verificou que os proprietários estão a deixar morrer o gado à fome.

Assim, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 660/74, a Direção-Geral dos Serviços Pecuários adotará as medidas necessárias para manter os efetivos pecuários na quinta da Corona, concelho de Santiago do Cacém, e no Monte do Aipo, concelho de Mértola.

O Instituto de Reorganização Agrária vai proceder a um inquérito sobre as condições de exploração das propriedades, a fim de que a Secretaria de Estado da Agricultura possa atuar nos termos da legislação em vigor.

**VICTORIO DIONISI**  
Cópias: heliográficas  
xerográficas - eletrotáticas - fotocópias -  
mimiográficas - redução - ampliação  
Rua Líbero Badaró, 488 - 8.º andar - B2  
Filial: Av. Angélica, 2395 - Loja I -  
Fone: 256-5141 - São Paulo

**CASA DO MATE**  
Mate quente e gelado a toda hora -  
Mate com leite, limão e maracujá -  
Chá mate e chimarrão em pacotes  
das melhores marcas  
Av. São João, 602 - São Paulo

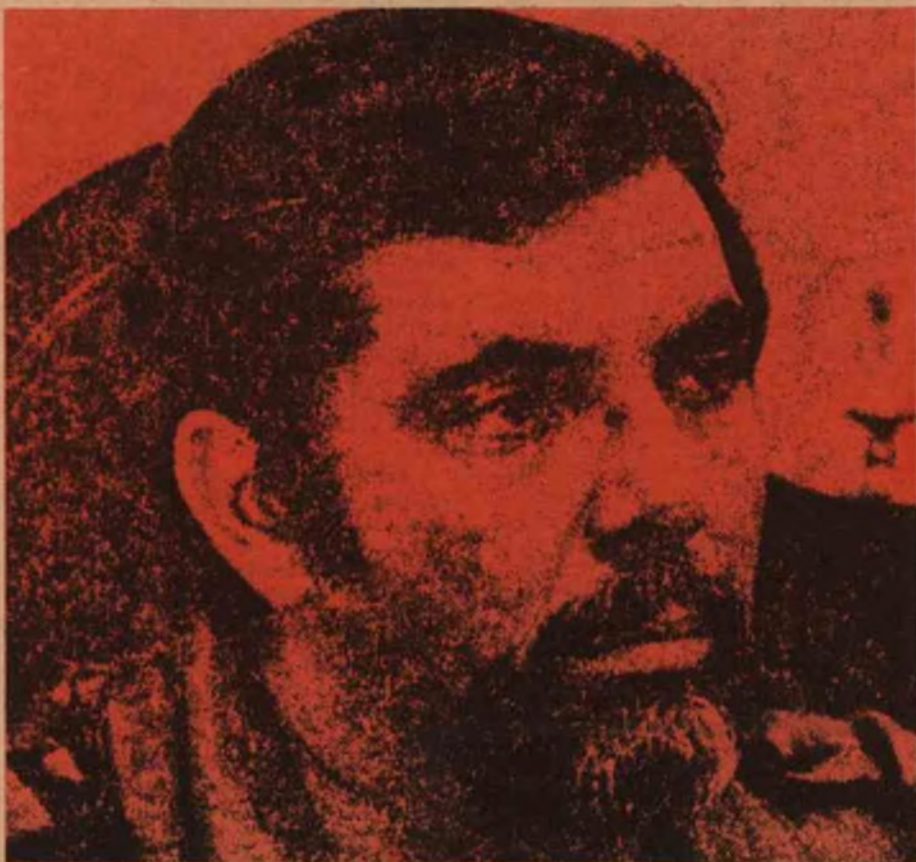
## O PIDE antes e depois do 25 de abril



EU SO' CUMPRÍ ORDENS SUPERIORES  
COMO UM BOM E ZELOSO FUNCIONÁRIO...



## “Não há revolução sem leis revolucionárias”



Pela importância de que sempre se revestiram as opiniões políticas do general Carlos Fabião, transcrevemos a seguir parte de suas declarações ao jornal “O Expresso”, de Lisboa, ao qual concedeu recentemente uma entrevista:

... Em primeiro lugar desejo referir que o Conselho Superior do MFA e o próprio MFA em geral, nunca partem para o estudo de qualquer problema de fundo, que diga respeito ao povo português, com base em posições pessoais ou apriorísticas. Tal processo seria absurdo porque pressupõe que o MFA não pretende acima de tudo e antes que tudo, servir o povo a que pertence.

Assim, as opiniões só começam a ser esboçadas e discutidas após uma análise cuidadosa do problema e uma sondagem da opinião das massas a quem interessarão.

A lei sindical destina-se a servir os trabalhadores e não as FA logo competiria a estes, em primeiro lugar, pronunciarem-se. Perante as auscultações efectuadas o Conselho Superior do MFA decidiu, por unanimidade, por aquilo que julgou ser o sentimento da maioria.

Quanto à cõr política das forças que poderão vir a constituir os sindicatos, compete ao povo decidir quais serão.

Para o MFA os sindicatos são apolíticos e expressam a vontade popular, logo há que respeitar aqueles que o povo escolher e o governo enfrentar os problemas que daí poderão advir. Considero errado, pessoalmente, pretender envolver o MFA na “política sindical”. Os trabalhadores portugueses é que deverão resolver, entre si, os seus problemas sem paternalismos que recordam tempos antigos que pretendemos e queremos esquecer.”

... Contudo posso adiantar que as FA tomaram a opção, no dia 25 de Abril, de restituir ao povo português a soberania que lhe fora roubada por um governo despótico e que estão firmemente decididas em conservarem e até ampliarem as liberdades conquistadas. O novo governo, seja qual for a sua tendência sócio-política, tem o dever de não ignorar esta realidade e, por conseguinte, agir em conformidade com ela pois de outra forma atralçoará o povo que livremente o elegeu.”

... O MFA não é só um movimento militar, é, hoje, acima de tudo, um espírito ao qual aderiram todas as forças progressistas que pretendem,

sinceramente, renovar a nossa Pátria. Portanto o MFA não é susceptível de desaparecer, institucionalizado ou não caminhará de braço dado com o povo na construção do Portugal de amanhã, fortalecendo-se e rejuvenescendo, ano após ano, com as novas camadas de jovens chamados às fileiras.”

... O cumprimento integral e dinâmico do plano económico será, antes de tudo, um termómetro pelo qual se poderá medir não só a sinceridade como a capacidade do novo governo para a construção dum Portugal moderno, progressista e mais justo.

Esta pergunta, como as anteriores, revelam a preocupação dum afastamento do MFA da cena política, isto é, uma nova dissociação entre o povo e as suas FA. Posso afirmar-lhe, para o sossegar, que o MFA estará sempre ao lado do povo a que pertence e a quem pertence e não pretende, de forma alguma, interferir na concretização da sua felicidade. Bem pelo contrário, a nossa principal preocupação, hoje e sempre, é servir sem outra intenção que não seja a preservação da liberdade e da justiça social e cívica.”

... Na situação em que nos encontramos, isto é, no processo revolucionário em que nos encontramos, há lugar para todos os portugueses desejosos, de com sinceridade construir um Portugal novo. A Pátria é de todos e não apenas de alguns pelo que, se os empresários, dentro de determinados parâmetros que consideramos razoáveis, estiverem dispostos a colaborar, como aliás tantos o estão fazendo, serão bem-vindos e apreciados. Porém é óbvio que, se colocarem o seu desejo de lucro fácil e imediato acima dos reais interesses do povo ou pretenderem furtar-se à colaboração que lhes foi pedida, teremos de utilizar outros processos que a sua actuação reacção largamente legitimará. O nosso povo costuma dizer que “para grandes males grandes remédios” e é bom que todos saibam que o MFA recorrerá a todas as vias possíveis, em ordem a salvar a economia nacional.

Pergunta-me quem definirá o pon-

to em que o capital deixa de colaborar? É fácil, será o próprio capital. A partir daí o modo não interessa, qualquer um que se utilize será legal.”

... Um país como o nosso, em que o povo apresenta determinadas características próprias consolidadas por mais de oito séculos de independência, com um precioso património cultural e histórico a preservar e uma idiosincrasia muito especial, não pode ser metido, de qualquer maneira, em esquemas, sejam de que natureza forem, que não pesem convenientemente os factores que referi.

Existem, no mundo actual, diversas correntes de pensamento político possíveis e eu considero muito interessante e até apaixonante, o seu estudo e interpretação. Contudo, creio em absoluto, que seja qual for a escolhida ela terá de sofrer um trabalho sério de análise e adaptação à realidade geopolítica e socio-económica que somos. As transformações bruscas provocam reacções imprevisíveis e não podemos arriscar todas as conquistas alcançadas num simples lance de moeda ao ar. Penso e acredito em que seremos capazes de traçar a nossa própria via, que nos conduzirá, mau grado as eternas dúvidas e lamúrias dos habituais velhos do Restelo, a uma sociedade nova, livre, justa e progressista onde possamos viver com a dignidade que é devida a todo o ser humano.”

... Como oficial responsável pelo processo da democratização em curso peso tanto como os restantes pois todos, em diversos escalões, estamos a trabalhar para o mesmo fim e, no dia das eleições, o meu voto terá tanta força como o de qualquer um deles ou como o de qualquer outro português.”

... não há revolução possível sem leis revolucionárias que a defendam. O direito revolucionário emana da própria revolução e não podemos ter a pretensão de que leis fascistas possam julgar e punir o próprio fascismo. O julgamento de todo o sistema torna-se absolutamente indispensável. Temos de deixar de apelar de genérico fascismo o salazarismo e o caetanismo e dar-lhe o seu verdadeiro nome. Caracterizá-los, escalpelizá-los, desmistificá-los e julgá-los face à Nação portuguesa e a todo o mundo. É absolutamente indispensável que todos conheçam, na sua verdadeira dimensão todos os crimes cometidos à sombra de uma ditadura odiosa.

Só assim poderemos destruir, de forma definitiva e implacável, o passado que nos torturou e deformou ao longo de quase cinco décadas. É necessário que todos sejam incomodados pelos soluços dos torturados e pelo extorção dos mortos, para que avillem e sintam, na sua exacta dimensão o humanismo de quem nos governou.

Estou firmemente convicto desta necessidade porque se o não fizermos os fantasmas do passado não-de-perseguir-nos eternamente. Ainda que mais não seja o respeito pelos mártires do salazarismo/caetanismo impõe-nos essa obrigação.”

... As situações de injustiça, nos dois sentidos, são sempre lamentáveis mas, infelizmente, sempre possíveis de acontecer a quem pretende fazer justiça. No lamaçal em que vivemos e onde todos nos manchámos um pouco torna-se extraordinariamente difícil distinguir os que se sujaram voluntariamente daqueles que apenas foram salpicados. Quero crer, nem de outra forma poderia pensar, que tem havido a preocupação honesta de fazer justiça mas que, dadas as circunstâncias que referi, casos tenham havido onde a mesma não tenha sido tão transparente ou mesmo indiscutível. Quanto aos critérios utilizados, não conheço suficientemente bem os adoptados pelas comissões civis para me poder pronunciar com a necessária objectividade.”

## O levantamento de Beja

O levantamento de Beja de 1 de janeiro de 1962, constituiu a última grande tentativa de revolta armada contra o fascismo antes do 25 de Abril.

A movimentação de massas que foi a campanha eleitoral do General Humberto Delgado e o seu epílogo burlesco, dissiparam ilusões eleitorais em largos setores democráticos. O levantamento armado mostrou-se como a única via possível para destruir um regime político que só se mantinha no poder por meio da violência institucionalizada.

O início da guerra em África, constituiu um novo fator no xadrez político nacional, bem como um acontecimento que veio influir de maneira decisiva em certos setores militares, pondo a nu a verdadeira natureza antipatriótica do governo fascista — a ocupação de Goa.

Logo a seguir à campanha de Humberto Delgado, seguiu-se um período de grande agitação social, que teve várias frentes quentes como o 1.º de Maio de 1962.

O golpe de Beja surge pois num momento histórico que o irá tornar uma das tentativas de levantamento mais importante e significativa da história da resistência antifascista.

Não se tratou de uma revolta puramente militar; centenas de civis participaram direta ou indiretamente na preparação e execução do golpe.

Sobre o desenrolar da operação, muita coisa já se escreveu nos últimos tempos. Nem é esse o nosso objetivo neste momento, mas tão somente evocar em efeméride importante na luta do nosso povo.

Por deficiente ligação entre os militares no interior de Infantaria n.º 13 e os revolucionários civis no exterior, vindos de várias partes do país, a operação redundou num malogro. Quando tentava deter o Major Calapez, foi gravemente ferido o Capitão Varela Gomes.

No exterior, foram mortos a tiro os revolucionários civis David de Abreu e António Vilar. O Subsecretário de Estado do Exército foi morto acidentalmente.

A repressão não se fez esperar. Mais de setenta antifascistas foram presos em várias partes do País, e muitos outros tiveram de escolher o caminho do exílio.

Considerada criminosa, os implicados na intentona foram submetidos a cerrados interrogatórios e a pesadas penas de prisão.

Hoje, treze anos depois, pode-se avaliar o contributo que os antifascistas de Beja deram para o derrubamento da ditadura.

O 25 de Abril de 1974 veio coroar esse longo rol de sublevações militares (e não só) que desde Fevereiro de 1927 responderam à tentativa de neutralizar o espírito democrático nas Forças Armadas.

“Boletim do MFA” — N.º 8

ouça diariamente

A EMISSORA NACIONAL DE LISBOA

nas ondas

13, 19, 25 e 31 metros a partir das 12 até 21 h.

(horário do Brasil)

noticiário às 16, 19 e 20 h.



# O 31 de janeiro

por ALEXANDRE CABRAL

A revolta militar ocorrida no Porto na madrugada de 31 de janeiro de 1891 não foi um episódio irrelevante no contexto da vida nacional. Ao contrário do que afirmaram alguns historiadores do acontecimento (que nele estiveram de certo modo envolvidos, como o tenente Homem Cristo), a revolta do Porto não resultou de um ato inoportuno, desesperado e irrefletido de políticos românticos e inexperientes que, no dizer desses memorialistas, atrasou irremediavelmente a implantação da República em Portugal. A verdade é que a revolta do Porto, apesar do seu malogro, representou uma etapa necessária, visto inserir-se num processo reivindicativo das classes médias e populares pela integração do País na marcha progressista das nações europeias.

Indubitavelmente que, a partir de dada altura, a luta passou a ser dirigida contra o rei e, por fim, contra a monarquia (e não já contra os políticos monárquicos), mas no cerne da questão o que estava em causa era o combate frontal à corrupção, à inépcia administrativa e aos privilégios das classes dirigentes; era a instauração de um regime que institucionalizasse os princípios democráticos da soberania popular, da liberdade de imprensa, do direito de associação e reunião, do ensino popular obrigatório, da dignificação da mulher, da proteção à criança e do direito de resistência contra todos os atos da autoridade ofensivos das leis.

A luta do povo português (dos setores mais esclarecidos e politizados do País) pelos princípios democráticos ocupou toda a segunda metade do século XIX, com justificadas flutuações de incidência, consoante os períodos históricos. Os patriotas de então, como eles próprios se designavam, que procuravam defender, segundo a ótica da época, os legítimos interesses nacionais, manifestaram de longa data a preocupação de vencer o monstruoso atraso que separava o País das nações mais evoluídas da Europa, isto é, como se lê no Manifesto das Conferências Democráticas do Casino (1871), pretendia "ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada".

Nesse documento histórico, que é o Manifesto das Conferências do Casino, encontra-se uma outra passagem que traduz sem qualquer ambiguidade a intenção dos seus signatários (um amplo escol da cultura portuguesa da época):

"Abrir uma tribuna, onde tenham voz as idéias e os trabalhos que caracterizam este momento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos."

Além dos episódios relacionados com as Conferências Democráticas de 1871 (onde fremem reminiscências da Comuna de Paris), que foram encerradas a breve trecho por ordem do Ministério do Reino, por nelas se exporem e sustentar "doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do Estado", a história portuguesa registra alguns significativos exemplos da luta persistente, tenaz e infatigável, conduzida sem tréguas pelas forças progressistas do País. Recordamos, no estrito

domínio da cultura, a "Polemica do Bom Senso e do Bom Gosto" (1865/1866) e o confronto entre os defensores da Escola Nova e os reacionários da cultura fradesca dominante (1879/1880), nos quais intervieram preponderantemente os setores intelectual e estudantil. No campo da ação política, entre outros eventos é de salientar a revolta popular da Janeirinha (1868) e a conspiração de 1872, em que intervieram, ao lado das forças políticas liberais, as incipientes organizações operárias.

No dealbar do último decênio da centúria oitocentista, quando ainda não estavam de todo apagadas as esperanças de "revivescência nacional" despertadas no povo pelas deslumbrantes Comemorações Camonianas de 1880, a situação política agravou-se com o deflagrar do conflito luso-britânico, que culminou com a entrega a Portugal, em 11 de Janeiro de 1890, do ultimato inglês. A pretensão da Inglaterra ao domínio de territórios situados em Moçambique coarava uma desastrosa política colonial prosseguida pelos Governos de Lisboa.

Com efeito, o "ultimatum" inglês e a frouxa reação do Governo de Barros Gomes (quando o Povo, em manifestações espontâneas de rua, exigiam a desafiante ao atentado britânico à soberania portuguesa provaram à sociedade quão profundo era o divórcio entre o Trono e os seus ávidos áulicos, por um lado, e a vontade popular e os interesses e dignidade do País, por outro. A submissão do Governo Português às imposições da Majestade Britânica esclareceu definitivamente as classes médias e populares quanto à verdadeira indole classista do rei da Monarquia e dos seus serventuários, todos em conjunto preocupados exclusivamente com a imunidade dos privilégios e sinecuras que vorazmente repartiam entre si, em gritante descrédito e prejuízo da nação.

Depois das manifestações populares que eclodiram de norte a sul do País, em que as populações repudiaram sem tibições a afronta inglesa, o tratado de 20 de Agosto veio confirmar o desapego total da Monarquia pela vontade e aspirações do Povo Português.

A partir desse momento romperam-se definitivamente os frágeis laços que porventura ainda uniam o povo as instituições monárquicas. Os patriotas portugueses, encabeçados pelo Partido Republicano — que a despeito de falhas de atuação política e de inoperância na complexidade conjuntural criada pelo "ultimatum", era o intérprete na época da vontade popular e defensor dos interesses nacionais —, entenderam que só a revolução armada podia salvaguardar a honra, a independência e os direitos da Pátria humilhada.

Por consequência, surgiram os primeiros apelos sediciosos para derrubar a Monarquia pela violência, a que se seguiram os preparativos da revolta armada, que iria tomar decisivo incremento no Norte do País. No processo de agitação popular, visando o emprego da força das armas para a implantação da República, desempenharam um papel de primacial importância a Imprensa republicana, os clubes, os intelectuais e os estudantes.

Não admira, portanto, que em tal conjuntura se tivesse generalizado a idéia de que a Monarquia, apodrecida e descreditada, cairia com um simples safanão das massas empenhadas na sua destruição. A ingenuidade irrealista deste pensamento, introduziu nos meios revolucionários uma liberalização absurda, para não dizer criminosa, nos trabalhos conspirativos: as reuniões eram preparadas sem as indispensáveis exigências do secretismo revolucionário; as pessoas falavam em plena rua e em voz alta, sem qualquer resguardo, dos seus propósitos de revolta; toda a gente conhecia, enfim, a data presumível da eclosão do movimento.

Obviamente, o Governo não ignorava os preparativos da revolta, nos mais pequenos pormenores, que aliás a imprensa republicana se encarregava de confirmar com a contínua ação de agitação e propaganda. Mas foi depois da traição de um sargento-ajudante, que o Governo decidiu desmantelar a conspiração, ordenando a urgente transferência dos oficiais e sargentos implicados na conjura. A inesperada medida governativa precipitou os acontecimentos, antecipando, por um lado, a data do movimento e, por outro, deixando inconclusos os trabalhos revolucionários e organizativos nas guarnições do interior.

Como quer que seja, na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, pelas 3,30 horas, reuniram-se no Campo de Santo Ovidio, aos gritos de "Viva a República!", os regimentos sublevados de Caçadores 9, Infantaria 10 e Guarda Fiscal. A última hora, ainda que comprometidos, faltaram à chamada o regimento de Infantaria 18 e Cavalaria 6, que alinhando em Santo Ovidio, logo recolheu a quartéis.

Tomaram o comando dos revoltosos, o capitão Amaral Leitão, o tenente Manuel Maria Coelho e o alferes Malheiro. Na verdade, porém, estes não eram os chefes militares da revolta. Durante muito tempo, a tropa sublevada aguardou na friagem da madrugada a chegada de um oficial de patente superior, no ativo, para encabeçar o movimento. E toda a gente sabia que havia generais comprometidos.

Devido a esta expectativa enervante e desmobilizadora, as tropas insurrecionadas, compostas por cerca de 800 homens, só às 6 da manhã se puseram em marcha, levando na vanguarda a fanfarras a tocar a "Portuguesa". Ao longo do percurso foram-se juntando numerosos grupos de populares, aplaudindo entusiasmadamente a vitória da República que, na euforia da arrancada, consideravam certa.

Finalmente, a coluna dos revoltosos encaminhou-se para os Paços do Concelho, onde depois de içada a bandeira vermelha do Centro Democrático Federal 15 de Novembro, Alves da Veiga (um dos chefes civis da revolta) proferiu um breve discurso. Seguidamente, Miguel Verdial deu a conhecer a constituição do Governo Provisório da República: José Joaquim Rodrigues de Freitas, publicista; Joaquim Bernardo Soares, desembargador; José Maria Correia da Silva, general de divisão; Joaquim Azevedo Albuquerque, lente da Academia; José Ventura dos Santos Reis, médico; Licínio Pinto Leite, banqueiro; Antonio Joaquim de Moraes Caldas, lente; e Alves da Veiga, advogado.

Ao findar o ato solene da Proclamação, Alves da Veiga convocou para uma reunião urgente os membros propostos para o Governo Provisório ("Exmo. Sr.: O Povo e o Exército acabam de aclamar o seu nome para membro do Governo Provisório. Queira apresentar-se já nos Paços da Câmara Municipal a fim de se tomarem prontas resoluções."). Por seu turno, os revoltosos, aparentemente sem objetivos militares definidos, encaminharam-se para a Rua de Santo António.

A Guarda Municipal, que durante esse tempo andara oscilante sem saber que atitude tomar, recompusera-se da surpresa e atacou a tiro a coluna militar e popular da jovem República. Além disso, a artilharia, deslocada da Serra do Pilar para os

Lolos e S. Bento, começou a bombardear o edifício da Câmara, onde 'acorrera precipitadamente o capitão Amaral Leitão com o objetivo de organizar a resistência. Mas reconheceu a breve trecho que prosseguir na luta seria alargar inutilmente a carnificina. Por volta das 9 horas da manhã, a revolta estava esmagada.

De imediato o Governo decretou medidas de exceção, com a suspensão de "todas as garantias individuais" e de todos os jornais "que atentam contra a manutenção da ordem e tranquilidade pública". Com presteza invulgar, organizaram-se os Conselhos de Guerra, que funcionaram a bordo de navios de guerra ancorados em Leixões. Antes de findar o mês de Março, os Conselhos de Guerra davam os trabalhos por concluídos, tendo aplicado a 250 militares e a 6 civis (muitos emigraram, como é sabido) penas num cômputo de 919,5 anos.

Quais os erros mais evidentes que provocaram o malogro da Revolta de 31 de Janeiro?

Em primeiro lugar, assinale-se que não foram executadas nenhuma das medidas revolucionárias previstas numa reunião em que estiveram presentes, entre outros, o general Correia da Silva e o capitão Amaral Leitão: concentração dos revoltosos na Praça da Batalha (e nunca em Santo Ovidio, como quis e impôs o capitão Leitão), para tomar de assalto as instalações do Quartel-General, Governo Civil e Telégrafos; não foram também detidas, como ficara determinado, nos seus domicílios ou nos quartéis, as autoridades civis e militares afetas ao regime monárquico.

Em segundo lugar — e não foi certamente o fator de menor peso e importância —, há que registrar a quebra de unidade entre as forças democráticas mais vivamente empenhadas no derrube da Monarquia e implantação da República. De fato, registraram-se lastimáveis dissídios entre a direção do Partido Republicano (Diretório eleito no começo desse ano) e as forças democráticas que atuavam no Norte, divergências essas que chegaram à denúncia pública por parte do Diretório da revolta do Porto.

Finalmente, há que sublinhar o desfazimento operacional entre o centro e os diversos focos insurrecionais espalhados pelo País, que não chegaram a receber a consignação de sublevação, como foi o caso de Coimbra, Braga, Chaves, Lamego, Vila Real, Penafiel, Viseu, Bragança, Viana, Santarém e Lisboa, onde, a despeito da má vontade do Diretório, havia uma facção que apoiava a revolta.

A despeito das falhas de organização e execução, o movimento revolucionário de 31 de Janeiro representou uma necessidade coletiva na luta da emancipação e regeneração do País, "correspondia — como se dizia no Manifesto dos Emigrados de Madrid — as aspirações, aos desejos reprimidos, às esperanças de melhores dias que na sombra germinavam em todos os puros corações".

E que assim era, registra-se o fato de logo a seguir à repressão às massas populares terem organizado um amplo movimento de solidariedade para com os patriotas presos, condenados e emigrados. Depois de conhecidas as penas proferidas pelos conselhos de guerra, apareceu o Manifesto dos Emigrados de Madrid, que veio estimular o surto de propaganda republicana já em curso, mais aguerrido do que o anterior.

Basta dizer que no 1.º numero de "A Revolta", de Lisboa, se fazia um claro apelo à Revolução, "único meio para que apela todos os que estão dispostos a sacrificar-se pelas suas convicções" (de 4-6-1891).

Por outro lado, a confirmar o apoio, solidariedade fraternal e difusão do ideal republicano, registre-se o fato de, com a convicção ativa das populações, terem-se evadido dos locais de degredo as figuras mais proeminentes da revolta do Porto, com exceção do tenente Manuel Maria Coelho, que não quis fugir.



Bombardamento dos Paços do Concelho pelas tropas fiéis ao Governo, segundo uma gravura publicada em fevereiro de 1891 pela revista "Ocidente".





■ Apesar das dificuldades, a Democracia em Portugal torna-se cada vez mais forte, escreve um jornal polaco, a propósito da recente visita de Gierk à Lisboa.

■ Admite-se para breve a abertura do mercado líbio a produtos portugueses. Dentre os produtos a importar pela Líbia em 1975, salientam-se: Máquinas e equipamentos elétricos, além de material de transporte. Prevê-se também que a Líbia poderá importar materiais de construção, como: cimento, cal, gesso, tijolos, aço, madeira e vidro.

■ Portugal está participando no Encontro Internacional de Atletismo em pista coberta em Madrid, iniciado a 1. de fevereiro. Os atletas Carlos Cabral e Helder Jesus, intervirão nas provas de 800 e 1.500 metros.

■ Estão a ser aumentados os números de vôos em Lisboa e Lourenço Marques. A DETA, Companhia Aérea de Moçambique, coordenará o aumento desses vôos como agente do Governo de Transição de Moçambique.

■ O incremento das ligações aéreas entre Lourenço Marques e Lisboa, deve-se ao fato de muitas pessoas que saíram de Lourenço Marques estarem a regressar. Os aviões da TAP e da DETA chegam de Lisboa normalmente cheios, fato que não acontecia há alguns meses.

■ As pessoas que estão voltando a Moçambique, retornam às tarefas, reconhecendo a justeza dos princípios que orientam a Frelimo e o povo moçambicano. Também da África do Sul regressam pessoas, dizendo ter sido em vão a sua atitude.

■ Cerca de duzentos colonos portugueses continuam a viver em Bissau após a Independência. Os acontecimentos políticos do ano passado levaram primeiro a um êxodo, entretanto o regresso a Lisboa terminou, verificando-se hoje um perfeito entendimento entre colonos e as novas autoridades.

■ As Forças Armadas portuguesas estão a levar a sua mensagem às partes mais longínquas do país — afirmou o brigadeiro Saraiva de Carvalho, acrescentando que as Forças Armadas deixarão de ser uma Força Antiguerrilha para se tornarem uma força potencialmente guerrilha. Otelo Saraiva de Carvalho confirmou ainda que estão em estudo planos para as Forças Armadas participarem na produção e no desenvolvimento econômico, explicando que estas atividades poderiam incluir a construção de hospitais e estradas.

■ Entrará progressivamente em vigor a Campanha de Poupança de Energia, que o Conselho de Ministros apresentou no quadro de uma política de austeridade econômica. Entre várias medidas, como a antecipação da hora de fecho das Casas de Espetáculos, de TV, Iluminação Pública, etc., o Conselho de Ministros determinou a adoção da "Hora de Verão".

■ Em face do êxito alcançado com as recentes Campanhas de Alfabetização e de Educação Sanitária, a Pró-Unidade Nacional dos Estudantes Portugueses abriu novos cursos de Preparação de Alfabetizadores e Educadores Sanitários.

■ Os trabalhadores da Empresa Pública das Águas de Lisboa enviam ao Ministério do Trabalho a quantia de 233 mil escudos, oferta dos trabalhadores na campanha de um dia de trabalho para a Nação.

■ Segundo um acordo assinado em Bucareste, Portugal vai comprar da Romênia trezentas mil toneladas de trigo, na primeira operação comercial entre o Instituto dos Cereais e o Governo Romeno.

■ Foi assinado o Acordo Comercial entre Portugal e a Hungria sobre trocas comerciais e desenvolvimento da cooperação comercial, industrial e técnica.

■ A T.A.P. acaba de concluir com êxito, em Nova Iorque, as negociações relativas ao financiamento da aquisição de dois Boeing 747/200 e um Boeing 747. Os dois primeiros devem chegar à Lisboa em fevereiro e o Boeing 747 durante o mês de abril. Este investimento efetuado dentro de um plano de produtividade e qualidade de serviço, atinge o montante de 55 milhões de dólares, cerca de um milhão e trezentos e setenta e cinco mil contos.

■ A Campanha de Dinamização Agrícola prossegue com enorme êxito nas beiras e as brigadas da Secretaria de Estado da Agricultura continuam realizando sessões de esclarecimento em Vila Mendo, Carvalhal Redondo, Arcozelo das Malas, Calde, Touro, Bercos, Pinheiro Tavares, Pela, Canas de Santa Maria, Plas e outras localidades dos Distritos de Vizeu e da Guarda.

■ O cientista português António Lima de Faria, radicado na Suécia, foi a Portugal convidado pela Universidade Portuense para colaborar como conselheiro na criação de um Instituto Biomédico na Universidade do Porto. O professor Lima Faria, que é catedrático de Citogénica Molecular (estudo da célula e da hereditariedade ao nível molecular) na Universidade de Lund, na Suécia, professor investigador das Universidades de Duke e de Cornell, nos Estados Unidos, professor investigador na Universidade de Edimburgo, na Inglaterra, está disposto, segundo ele, a dar o melhor a seu país.

■ Quem não cuida da terra, não pode invocar direitos — afirma uma nota do Gabinete do Secretariado de Estado da Agricultura a propósito da intervenção na herdade Monte do Outeiro e anexas, no Concelho de Beja.

■ O Dr. Agostinho Neto, um dos dirigentes máximos do Movimento Popular de Libertação de Angola, afirmou à partida de Lisboa, que a cooperação luso-angolana é necessária e desejável para os nossos dois povos. Para uma cooperação e uma vida mais frutuosa no que respeita ao desenvolvimento da amizade.

■ Os secretários de Estado do Trabalho e da Agricultura determinaram que seja nomeada uma comissão para averiguar as infrações cometidas no Distrito de Beja por latifundiários que "além de se recusarem ao cumprimento das convenções coletivas em vigor, estão a tomar medidas contrárias ao correto desenvolvimento económico da região".

■ Por especulação nos preços dos aluguéis de casa foram processados 195 senhorios.

■ A Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, representando mais de 150.000 trabalhadores, denunciou como manobra divisionista e reacionária o seminário promovido pela C.I.S.L. em Portugal.

■ Por intercessão do MFA, grande quantidade de batata do distrito da Guarda vai ser comprada pela Junta Nacional das Frutas, que a adquirirá ao preço de 2\$90, 3\$10 e 3\$30, consoante a sua qualidade — segundo informa o "Diário de Lisboa".

O problema surgira quando da recente campanha de dinamização cultural e esclarecimento cívico do MFA do distrito da Guarda instados a revelar as suas máximas preocupações, vários lavradores mencionaram o da batata que, por falta de circuito correto de venda, corria o risco de apodrecer às toneladas.

Logo o MFA fez chegar esse alarme ao Governo, de onde a medida de emergência agora tomada.

■ O juiz Lourenço Pinheiro, designado pelo Ministério da Justiça para presidir ao julgamento de Ramiro Valadão, ex-presidente do conselho administração da RTP, pertenceu à comissão de censura do antigo secretariado Nacional da Informação, órgão de propaganda do extinto regime fascista — afirmava recentemente o vespertino "Diário de Lisboa", em notícia assinada por Alexandre Oliveira.

Aquele jornal acrescentava que o dr. Norman Mascarenhas, delegado do Ministério Público nomeado para o mesmo julgamento, é um ex-membro de um dos grupos fascistas, provocadores, a aço académica ou jovens de Portugal, que operavam na Universidade por conta do reitor-polícia Paulo Cunha, contra as associações de estudantes e as organizações democráticas do fim da década de sessenta.

Recorde-se que o julgamento de Ramiro Valadão, acusado de desvio de fundos da RTP, foi adiado "sine-die" por requerimento da defesa.

■ Por despacho do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, baseado em parecer da Comissão Ministerial de Saneamento e Reclasseificação, foi mandado aposentar compulsivamente o eng. Rui Alves da Silva Sanches, inspetor superior de Obras Públicas, do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes.

O eng. Rui Sanches fora Subsecretário das Obras Públicas em 1967 e Ministro das Obras Públicas e das Comunicações até à queda do Governo fascista, deposto em 25 de Abril.

■ Está definitivamente marcado para o próximo dia 9 de Março o jantar de homenagem ao general Vassalo e Silva, a realizar em Lisboa, sendo o local indicado oportunamente a todos os interessados pela respectiva comissão organizadora.

■ Foi exonerado do cargo de diretor do Centro de Turismo, no Rio de Janeiro, o sr. Noel Oliveira de Arriaga, e nomeado, em sua substituição, o sr. Jaime Mourão Ferreira que terá por missão extinguir aquele Centro de Turismo, criando, ao mesmo tempo, as infra-estruturas necessárias para a continuidade dos serviços de informação através da Embaixada de Portugal.

■ Segundo comunicação recebida da Comissão Central do MDP, uma delegação da referida comissão procedeu à entrega, no Supremo Tribunal de Justiça, do processo de legalização do MDP/CDE.

■ Com uma nova planificação do ano escolar, começaram as aulas em todas as escolas de Moçambique. Registra-se a frequência de milhares de alunos do ensino preparatório e secundário.

Os meses de Outubro e Dezembro do ano passado, segundo informa o "Notícias", foram aproveitados para um estudo e reconversão das estruturas do ensino de modo a que este passe a servir os interesses do povo moçambicano.

Assim, o novo ano letivo passou a ser dividido da seguinte forma: primeiro período de 27 de Janeiro a 23 de Março, o segundo decorrerá de 8 de Abril a 15 de Junho e o terceiro e último período de 8 de Julho a 30 de Agosto, destinando-se os meses de Setembro e Outubro a exames.

■ Sartre virá a Portugal em Março. A informação é do nosso colega "A Capital", que acrescenta que a visita do grande escritor francês está a ser tratada pelo jornalista Serge July, diretor do diário "Libération". Este jornal, que já foi dirigido por Jean-Paul Sartre, tem publicado ultimamente, uma série de artigos de July sobre os acontecimentos em Portugal, chamando a atenção para a ação do Movimento das Forças Armadas.

■ Na aula magna da reitoria da Cidade Universitária, realizou-se, o I Encontro Nacional da U.E.C., que registrou a presença de cerca de mil estudantes do ensino secundário e universitário. Foi aprovada a I Declaração e eleita a nova comissão central daquela organização. O dr. Alvaro Cunha, secretário-geral do P.C.P., esteve presente com outros dirigentes daquele partido.

■ O problema de Cabo Verde foi abordado na reunião da Comissão de Descolonização que no sábado se efetuou no Palácio de Belém.

A reunião, dedicada inteiramente à apreciação da situação naquele arquipélago, teve a presença do alto-comissário naquele Estado, comodoro Almeida d'Eça. Além de uma apreciação global do momento cabo-verdiano, foram analisados em especial os assuntos de natureza económica e financeira, bem como alimentar, e as medidas imediatas e a curto prazo tendentes a fazer-lhes face.



■ Estudar e promover a execução de medidas que integram a política de apoio a pequenas e médias empresas do país é a incumbência básica de um Instituto especializado cuja criação acaba de ser sancionada pelos poderes constituídos.

■ O protocolo que cria a Comissão Mista Luso-Norueguesa para a Cooperação Económica foi assinado em Oslo, pelo Ministro da Economia Rui Vilar e pelo ministro norueguês das Finanças Per Kleppe. A primeira reunião desta comissão que se realizou logo a seguir à assinatura daquele documento, foi presidida pelos dois ministros.

■ Encontra-se em Lisboa uma importante delegação de peritos noruegueses de pesca para que ao abrigo da comissão agora criada, colaborem localmente com a Secretaria de Estado das Pescas.

■ Prosseguem com enorme êxito as sessões de esclarecimento promovidas pelo Movimento das Forças Armadas no distrito de Viana do Castelo. Foram visitadas as localidades de Barbelta, Cristoval, Parada do Monte, Oleiros, Vilela, Padreiro, Cabana Maior e Senhorim.

■ Em Arcos de Valdevez houve uma exibição da banda da Força Aérea. Em Ponte de Barca houve teatro infantil. Novas sessões de esclarecimento estão marcadas em Ponte de Barca, Lindoso, Vila Chã e Ermida.

■ O interesse que a Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico que o Movimento das Forças Armadas continua promovendo no norte de Portugal, é dos melhores e mais honestos trabalhos feitos depois do 25 de Abril.

■ Foi considerada em Portugal provocatória e desonesta a notícia que o correspondente do "New York Times" em Lisboa, Henri Giniger, deu ao seu jornal, de que a U.R.S.S. estaria procurando bases em Portugal para a sua frota de pesca. Esta notícia foi prontamente desmentida pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da U.R.S.S.

■ Por despacho do secretário de Estado da Administração Escolar, foi contratado como professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa, o dr. António José Saraiva.

■ Foi criado o primeiro posto hospitalar de trabalhadores voluntários para os que careçam de cuidados pré-hospitalares de urgência.

■ As propriedades de Pombal pertencentes à casa do Duque do Cadaval foram arrendadas aos pequenos agricultores com base na futura lei do arrendamento rural.

■ O impedimento efetivo de acumulação de cargos técnicos públicos ou privados, quer sejam ou não remunerados, é o que propõe a Ordem dos Engenheiros para resolver um dos mais graves problemas que assoberbam o país: o desemprego.

■ Levar a cultura ao povo e não esperar que seja esta a vir procurá-lo é o que propõem os trabalhadores da Fundação Gulbenkian, quando pedem a democratização da cultura transmitida pela Fundação.

■ Atualizados os vencimentos e concedidas outras regalias aos profissionais dos serviços de Transportes Coletivos do Porto. Conforme o acordo, os trabalhadores ficam com direito a receber o décimo terceiro mês e o subsídio de férias passa a ser de 100%, com efeitos retroativos a contar de Janeiro de 1974.

■ Partiu para a Bulgária uma missão Portuguesa presidida pelo Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo, Dr. Vera Jardim, que terá como objetivo principal, para além do desenvolvimento das relações económicas entre Portugal e a Bulgária, a troca de impressões sobre o texto do projeto búlgaro de acordo comercial.

■ A cidade de Évora está a dar um grande exemplo na construção do Novo Portugal: mil e quinhentos alunos das escolas da cidade entre os quais mil e duzentas crianças, estão atualmente praticando esportes.

■ A iniciativa das gentes de Évora foi imediatamente apoiada por todas as entidades desportivas da região que logo puseram à disposição da Escola de Educação pelo Desporto (entidade que coordena este movimento) todas as instalações desportivas.

■ A juntar a esta solidariedade, os alunos são transportados em viaturas militares, nas suas deslocações para as quadras desportivas.

■ Os exportadores e investidores da Noruega, que pretendam estabelecer relações económicas com Portugal, beneficiarão de créditos especiais concedidos pelo Governo daquele país — anunciou o dr. Rui Vilar, ministro da economia, que recentemente regressou daquele país escandinavo.

■ O ministro Rui Vilar, falando aos repórteres no aeroporto de Lisboa, quando do seu regresso de Oslo, descreveu os assuntos mais importantes tratados na Noruega, dos quais salienta a obtenção de melhores condições para a colocação no Mercado local, dos vinhos portugueses.

■ Além do comércio deste produto, que, aliás, se integrará na assinatura de um acordo agrícola, Rui Vilar disse ter conseguido melhorias nas condições em que o nosso país importará bacalhau.

■ Pela Secretaria do Estado da Indústria e Energia foi aberto concurso público para a instalação em Portugal de uma unidade produtora de tratores.

■ O governo considera que é prioritário e urgente, no âmbito da sua política de intervenção no setor industrial, a fabricação de tratores no nosso país.

■ Uma comissão de descolonização das Nações Unidas, composta por cinco membros, deverá deslocar-se ao arquipélago de Cabo Verde, no fim do corrente mês, a convite do Governo português. O arquipélago de Cabo Verde, grupo de ilhas ao largo da costa ocidental da África deverá tornar-se independente em Julho deste ano.

■ O Conselho de Ministros aprovou um Plano Nacional de poupança

de energia que vai ser posto em execução dentro de dias. O plano abrange vários conjuntos de normas a adotar a curto, a médio e a longo prazo.

■ As metas a atingir permitirão subtrair à importação o montante de um milhão de contos, caso se consiga uma redução efetiva de gastos que, no conjunto, representarão uma economia real de seis por cento.

■ A subscrição pública de títulos do Tesouro, deverá, em breve, ultrapassar a meta inicialmente prevista dos três milhões de contos. Na verdade, o Conselho de Ministros já autorizou que a emissão exceda aquele montante, declarou o dr. Silva Lopes, ministro das Finanças.

■ O ministro salientou, por outro lado, que uma percentagem substancial das subscrições dos particulares é proveniente de pequenas poupanças, o que revela a confiança e a fé que o povo tem no futuro económico do País.

■ Já renderam cerca de quarenta mil contos as contribuições para a campanha "Um dia de trabalho para a Nação".

■ Estão em curso obras de ampliação ou adaptação que permitem aumentar a capacidade da Faculdade de Letras de Lisboa, para onze mil alunos.

■ Os governos de Portugal e da Indonésia decidiram reatar relações diplomáticas, interrompidas há alguns anos devido às guerras coloniais.

■ Novecentos oficiais da Armada reuniram-se em plenário, para tratar de assuntos de interesse nacional e eleger o Novo Conselho de classe. No final foi aprovada uma moção em que se reitera o apoio e confiança na Comissão Coordenadora do Programa do M.F.A., e apela para que seja elaborada uma legislação revolucionária e tomadas medidas revolucionárias, destinadas a consolidar o avanço democrático.

■ Para elaborar um programa de aproveitamento dos recursos mineiros nacionais, foram constituídos 19 grupos de trabalho. No ato de posse desses grupos o Secretário de Estado da Indústria e da Energia, disse: Terá de vir a caber ao Estado a condução efetiva do melhor aproveitamento dos mais importantes dos nossos minérios.

■ Nos casos do carvão, urânio, pirites, volfrâmio, ferro e síntes, está proposto que o Estado assuma a condução efetiva da exploração das jazidas mais importantes, através da maioria no capital social das respectivas empresas. Será esta a forma de conseguir uma aceleração significativa na industrialização integral destes recursos mineiros.

■ O Conselho de Ministros aprovou propostas do Ministério do Equipamento Social relativas a adjudicações de empreitadas para a construção de setecentas e trinta e nove casas, respectivamente 260 em Beja e 479 em Évora.

■ Val entrar em funcionamento o Serviço Nacional de Proteção Civil, organismo destinado a atuar em caso de grandes catástrofes, desastres ou calamidades, susceptíveis de afetar a vida nacional.

■ "Nós queremos ter no nosso país forças de segurança cuja atividade seja fundamentalmente cívica" — declarou o ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás, ao dar posse no cargo de Comandante-geral da Guarda Nacional Republicana ao general José da Silva Pinto Ferreira, em cerimónia realizada no quartel do Carmo, em Lisboa.

■ Acentuou ainda o coronel Costa Brás: "É tarefa importantíssima a ligação entre as forças de segurança e a população". "Cada português deverá poder encontrar nas suas forças de segurança, em cada um dos seus componentes, um apoio, o garante da sua tranquilidade, o defensor dos seus bens e pessoas e o defensor, finalmente, da sua liberdade.

■ E o general Pinto Ferreira afirmou por sua vez: "A GNR não pode ser considerada, como no regime anterior aconteceu, uma força repressiva, mas sim dirigindo a sua atuação no sentido de constituir um fator de proteção e segurança do povo, contribuindo assim, decididamente, na sua esfera de ação, para o fiel cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas, em que todos estamos interessados".

■ "Em Moçambique iniciou-se definitivamente a descolonização pela via acordada em Lusaka. Assiste-se a um vivo encetar da reconstrução nacional e assiste-se, também, a uma vasta campanha de politização e esclarecimento de massas por parte da FRELIMO. Neste domínio, a FRELIMO tem feito um trabalho extraordinariamente notável porque, através das estruturas do partido, fez chegar rapidamente e em profundidade, o esclarecimento a todos os setores da população". Estas declarações foram feitas em Lisboa pelo Alto-Comissário, almirante Vitor Crespo, que acrescentou:

"Saíram de Moçambique, até agora, cerca de 40 mil pessoas, mas tem-se observado ultimamente o retorno a Moçambique de pessoas condicionadas pela dificuldade de trabalho aqui em Portugal e atraídas por um país onde o trabalho continua a ser bem pago, onde a vida é agradável e se vive um clima de exaltação nacional para fazer de Moçambique um país próspero e feliz".

■ Existem boas perspectivas para as relações entre Lisboa e Pequim — anuncia a imprensa lisboeta, referindo-se a contactos estabelecidos entre Mário Soares e o diplomata chinês Tan Ming Chao, que esteve em Lisboa depois de ter participado, em Luanda, nas cerimónias da tomada de posse do governo de transição de Angola, na qualidade de vice-secretário geral das Nações Unidas.



**TRIANGULO CORRETORES**

**DE SEGUROS LTDA**

**seguros em geral**

Incêndio — Automóveis — Vida em grupo — Acidentes pessoais  
Rua Barão de Itapetininga, 255 (Galeria Califórnia) — 11.º andar —  
Cj. 1107 — Fones: 32-4882 e 37-2774 — São Paulo









## Viuva de Álvaro Lins fala a "Portugal Democrático" sobre o caso Delgado



De janeiro a fevereiro de 1959, o Embaixador Álvaro Lins passou por uma experiência singular. Dando asilo a Humberto Delgado, "o General sem Medo", o Embaixador brasileiro viu convergirem para si as iras do regime salazarista. Mantendo-se intransigente na defesa do asilo concedido, Álvaro Lins enfrentou toda a sorte de pressões. Sua posição foi vitoriosa e Humberto Delgado pode viajar para o Brasil, como era seu desejo. Mais de 15 anos após o acontecimento, a viúva do Embaixador, D. Heloisa Lins, aborda alguns aspectos do conturbado caso.

**P — D. Heloisa: como o Embaixador Álvaro Lins conciliava suas opiniões pessoais, com os contatos diretos que obrigatoriamente tinha com Salazar?**

**R —** Bom, Álvaro tinha apenas os contatos estritamente necessários, decorrentes dos seus afazeres diplomáticos. Durante sua permanência na Embaixada ele viu Salazar umas poucas vezes, em solenidades de fim de ano ou coisa parecida.

**P — E com intelectuais portugueses, Álvaro Lins tinha contactos?**

**R —** Bem, nessa área ele estava completamente à vontade. Assim posso citar João Gaspar Simões, António Sérgio, Vieira de Almeida e Jaime Cortesão, entre outros.

**P — Álvaro Lins foi para Portugal por iniciativa de Juscelino Kubitschek. Porquê o convite?**

**R —** Bom, meu marido era Chefe da Casa Civil do Governo Juscelino e a Embaixada do Brasil em Portugal estava há longo tempo sem Embaixador. Juscelino quis demonstrar a sua amizade para com Por-

tugal, convidando para o cargo um dos seus melhores amigos, à época.

**P — Como aconteceu o asilo do General Delgado? Teriam havido contactos preliminares?**

**R —** Em absoluto. O pedido de asilo foi uma verdadeira surpresa para o meu marido. Como é de conhecimento público, ele atendeu imediatamente, baseando sua concordância em acordos internacionais bem específicos.

**P — Mas Delgado sentia, por certo, receptividade para o seu pedido, não?**

**R —** Algum tempo antes do pedido de asilo, quatro intelectuais portugueses haviam sido soltos, após passarem algum tempo nas prisões de Salazar. Ao saírem da prisão, o carro da nossa Embaixada levou Jaime Cortesão, António Sérgio, Vieira de Almeida e Azevedo Gomes a suas casas. Obviamente uma deferência e um respeito ao trabalho intelectual desses homens, todos eles de idade avançada e conceituadíssimos pela cultura e atividades. Ora acre-

dito que esse gesto tenha sido sintomático para o General.

**P — E com que palavras o Embaixador Álvaro Lins recebeu Humberto Delgado?**

**R —** Estão incluídas no livro "Missão em Portugal", mas posso repeti-las. Disse Álvaro Lins: "— General, tenho a maior satisfação em fazer o seu conhecimento pessoal, lamentando apenas que seja nestas circunstâncias. Lamentando, naturalmente, pelo senhor e não por mim."

**P — E sobre a concessão de asilo. Como o Embaixador brasileiro se referiu ao assunto?**

**R —** "— General: em princípio, concedo o asilo que o senhor veio solicitar à Embaixada do Brasil. Darei a minha decisão definitiva ao voltar da audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A não ser, porém, que as garantias do Governo Português alterem a situação no seu próprio espírito, ou que as informações do Ministro invalidem as que o senhor me deu, o asilo será mantido. Estou certo de que o seu caso se enquadra, perfeitamente, nos termos dos Tratados assinados pelo Brasil. Mais ainda: na tradição a este respeito liberal e generosa do meu país, uma vez que, para nós, o asilo sempre representou uma medida humanitária ainda mais que uma instituição jurídica. Contudo, o meu desejo será encontrar com o Ministro Matias uma fórmula honrosa para ambas as partes, que seja uma solução amigável e mesmo informal para este caso de asilo — aliás, um fato consumado com a sua simples entrada na Embaixada. O motivo de conceder-lhe desde logo o asilo, em princípio, decorre da sua categoria de oficial-general, de candidato à Presidência da República e de líder político reconhecido das oposições portuguesas. Porém, de qualquer forma, ainda que abstraindo dos seus títulos, levarei em conta nas negociações, acima de tudo, o fato de que o senhor é um homem, um cidadão português, que acreditou na honra e na hospitalidade da Embaixada do Brasil".

Como se observa pelas palavras acima, meu marido colocou num plano secundário a sua posição pessoal no caso. Ele concedeu o asilo com satisfação, mas baseado no Direito Internacional e na tradição brasileira de acolher os asilados políticos.

**P — Qual a sua impressão sobre a personalidade do General Delgado?**

**R —** Bom, Humberto Delgado tinha uma personalidade fortíssima. Era um líder militar, que tinha viajado a Europa inteira e os Estados Unidos, tendo portanto uma visão mais ampla, diferente da maioria dos militares lusos, que nunca haviam saído de Portugal.

**P — Na sua opinião ele teria esgotado todas as possibilidades, como político e militar, ou Delgado podia ter conseguido mais no contexto político luso?**

**R —** Claro, na História não existe o se. Mas não tenho a mínima dúvida que o general por vezes se precipitava em suas atitudes. Se ele tivesse encarado a realidade portuguesa com mais cautela e maior prudência política, acredito que a História fosse diferente. Por outro lado não podemos esquecer as dificuldades com que se debatia a oposição portuguesa e claro está, o próprio General Delgado.

**P — Mas para o processo político português, foi importante a atitude política do General Delgado?**

**R —** Quanto a isso não tenho a menor dúvida. Não só através da sua candidatura, mas também do asilo solicitado. Isso movimentou a opinião pública, não só em Portugal, mas em todo o mundo.

**P — Porque o Embaixador Álvaro Lins resolveu escrever "Missão em Portugal"?**

**R —** Ele achou que o livro completaria sua missão, como Embaixador e como amigo de Portugal. Quando do seu lançamento no Brasil, o livro foi muito bem aceito. Quanto a Portugal obviamente, o livro foi proibido. Agora saiu a primeira edição portuguesa, através do Centro do Livro Brasileiro. Curioso é que o livro foi editado por um salazarista, Álvaro Gonçalves, que até agora não teve entendimento algum comigo a respeito dos direitos autorais. Mas, ao que parece, do salazarismo ao oportunismo o caminho é bem curto, curtíssimo aliás.

**P — Qual a sua impressão sobre o "25 de abril"?**

**R —** Confesso que quando ouvi as primeiras notícias, pensei que fosse mais um golpe militar. Hoje não tenho dúvida que foi um acontecimento importantíssimo, talvez único na História do mundo.



EDITORA ALFA-OMEGA

Rua Cristiano Viana Nº 302 - 05411 - São Paulo - S. P.

- 1 — A Idéia Republicana no Brasil Através dos Documentos  
Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, 1973, 176 pgs. .... Cr\$ 30,00
- 2 — Café e Ferrovias  
Odilon Nogueira de Matos, 1974, 138 pgs. .... Cr\$ 25,00
- 3 — Castas, Estamentos e Classes Sociais (Introdução ao pensamento de Marx e Weber)  
Sedi Hirano, 2.ª ed., 1974, 132 pgs. .... Cr\$ 30,00
- 4 — Política e Segurança  
Heloisa Rodrigues Fernandes, prefácio de Florestan Fernandes, 1974, 260 pgs. .... Cr\$ 40,00
- 5 — Condicionamento Verbal: Pesquisa e Ensino  
Geraldina Porto Witter e outros, 1974, 187 pgs. .... Cr\$ 40,00
- 6 — Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana  
José Carlos Mariategui, prefácio de Florestan Fernandes, 1975, 288 pgs. .... Cr\$ 40,00
- 7 — História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil  
Afonso Arinos de Melo Franco, 1974, 128 pgs. .... Cr\$ 30,00
- 8 — A Verdade Sobre a Revolução de Outubro de 1930  
Barbosa Lima Sobrinho, 2.ª ed., 1975, 199 pgs. .... Cr\$ 35,00
- 9 — Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução  
Florestan Fernandes, 1975, 260 pgs. .... Cr\$ 38,00
- 10 — Estatística Básica para Ciências Humanas  
Bernardete Gatti e Nagib Lima Peres, 1975, 166 pgs. .... Cr\$ 35,00
- 11 — Ciência, Ensino e Aprendizagem  
Geraldina Porto Witter, 1975, 187 pgs. .... Cr\$ 38,00
- 12 — Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil  
Catulo Branco, 1975, 144 pgs. .... Cr\$ 28,00
- 13 — Sociologia e Sociedade  
Octavio Ianni, 1975, 144 pgs. .... Cr\$ 30,00

OS PEDIDOS DESTES LIVROS TAMBÉM PODEM SER DIRIGIDOS AO "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"



## Equipes eleitas de oficiais, sargentos e praças do exército vão ocupar-se da informação interna e das relações públicas nas unidades

"Cada vez mais a participação consciente e entusiástica de cada militar é uma necessidade para que, numa conjugação de esforços, se crie a força suficiente que conduza Portugal ao lugar que merece no conjunto dos povos democráticos" — salienta-se no n.º 10 do "Movimento", boletim informativo das Forças Armadas, num artigo que anuncia a criação de "Equipes de Informação Interna e de Relações Públicas" (E.I.I.R.P.) nas unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército.

Depois de referir que o Exército para levar a bom termo as tarefas anunciadas no Programa do M.F.A., "terá de estar coeso e disciplinado", o boletim insere a notícia da reestruturação levada a efeito, no âmbito do Exército, tendo em vista a dinamização do processo e a participação de todos os seus elementos, através da criação das referidas equipes, que constituem elemento do Estado-Maior pessoal do Comando.

As E.I.I.R.P. são constituídas por oficiais, sargentos e praças, uns e outros quando prontos da instrução. Poderá incluir pessoal civil, quando o mesmo fizer parte dos quadros efetivos da unidade, estabelecimento ou órgão.

Os membros são eleitos pelas respectivas classes por períodos não inferiores a três meses nem superiores a seis, podendo, no entanto, serem reeleitos.

O número será fixado pelo comando não devendo ser inferior a seis elementos (mínimo 2 praças) e superior a doze. Casos haverá em que a composição terá que ser adaptada às características (efetivos e função) da unidade, estabelecimento ou órgão.

Como finalidade, incumbem às referidas equipes, como se acentua no citado artigo, o esclarecimento e a conscientização de todo o pessoal no tocante à execução e concretização do Programa do M.F.A.; o conhecimento das diretivas e instruções dimanadas dos Órgãos Superiores; a participação interna e externa na busca de soluções adequadas e exequíveis no âmbito do bem-estar, dentro da unidade, em especial, nos âmbitos de formação cultural, distrações, desportos, convívio, ambiente social, situações económicas de familiares, instalações, alimentação, etc.

Sublinha-se, ainda, que o efeito do esclarecimento e relações públicas completa-se, através do canal do comando, com a comunicação para os escalões superiores de tudo quanto pelo seu significado ou competência transcenda o âmbito da unidade.

Por fim, acentua-se que a atividade destas equipes deve reger-se por normas apartidárias no respeito a aspectos políticos.

As E.I.I.R.P. devem reunir com o comandante, no mínimo, semanalmente, o que não obsta a que o façam sempre que haja matéria justificativa ou o comandante o entenda.

### "Por um Exército novo"

Na sua seção "Opinião", o boletim "Movimento" publica também um artigo subordinado ao título "Por um Exército Novo", e cujo teor é o seguinte:

"Não se trata de transformar, mas de substituir.

Terá de ser um Exército capaz de existir sem preconceitos.

Terá de ser um Exército sem classes e com uma hierarquia que se faça valer.

Mas uma hierarquia sem privilégios humanos que não os merecidos pela própria valla de quantos forem iguais para todos.

Há alturas em que transformar é impossível e isto acontece precisamente com as grandes instituições quando o tempo as fechou em si mesmas e lhes enrijeceu as cascas. Acontece com instituições sociais e políticas, e, particularmente, com as maiores, as religiosas, as militares, as da justiça, as da instrução e da cultura.

Dentro da instituição militar o Exército é, pelo seu volume e absorvência, o ramo mais importante e representativo das Forças Armadas. Face a uma revolução de idéias e de estruturas, é, em princípio, o primeiro a manifestar-se e o último a realizar-se.

Manifesta-se, vencida a inércia, em toda a sua pujança e com toda a sua força. Realiza-se quando o propósito de transformação é ultrapassado pela determinação de se imolar por outro, novo, diferente, sem vínculos nem estigmas que o liguem ao anterior.

É por isso que não acreditamos em qualquer processo evolutivo se se teve de chegar à revolução, como foi o nosso caso, para evitar a convulsão total.

É isto que muita gente telma em ignorar, mais porque não quer ver do que propriamente por não saber.

A revolução portuguesa de Abril de 1974 não foi, de forma alguma, o epílogo feliz de uma conjura de jovens oficiais. Foi — sim — a consequência lógica de se ter negado a possibilidade de qualquer processo de evolução no sentido de uma maior liberdade cívica e de uma correspondente responsabilidade na governação, na administração e no funcionamento geral da nossa sociedade. Essa evolução foi tentada por via legal que as próprias estruturas do Estado não quiseram considerar mesmo nas melhores oportunidades. Por isso, a revolução.

Ora uma revolução não é processo nado-morto, mas nado-vivo. Quer dizer. Não é processo que comece e acabe com o derrube do regime destruído, mas antes movimento que então se inicia em busca de nova ordem e de equilíbrio sociais.

A medida, portanto, que a revolução se desenvolve e se aclaram as posições e situações da perturbação que produzem, diminuem as possibilidades da contra-revolução, o que não quer dizer que logo se neutralize a reação passiva ao processo revolucionário.

Se a revolução teve — como no nosso caso — a característica feliz de se fazer sem sangue, a contra-revolução tornou-se mais difícil porque não a favoreceu a confusão e a injustiça que se gera sempre na violência. Em contrapartida, a reação prolonga-se no tempo e na inércia às reformas revolucionárias, porque as pessoas que não sentiram diretamente no espírito e no corpo a

reviravolta produzida sempre ficam com uma reserva reacionária de apatia e negativismo.

O que importa, então, no desenvolvimento da revolução é que ela não pare enquanto não se ponham todos em movimento orientado em sentido positivo e operante.

Passando da sociedade em geral para as instituições, e fixando-nos, no âmbito destas, na instituição militar e no Exército, o fenómeno só se altera na amplitude e não na natureza.

De fato, o Exército, estrutura orgânica fechada na sua ética por um enquadramento hermético, tradicionalista, conservador e eivado de preconceitos, mesmo quando faz a revolução ou a consente, não aceita facilmente a continuidade dos efeitos desencadeados. Dá-se nele, portanto, uma espécie de travagem, uma tentativa imediata de retardamento, aliás muito perigosa.

Se-lo-á se houver cerimônia na implantação do processo revolucionário dentro das estruturas militares, substituindo-as onde a modificação for impossível ou difícil, e, sobretudo, selecionando, dos seus quadros, os que forem capazes de se adaptarem às novas concepções.

Depois de ressaltar os aspectos negativos da organização militar nos últimos 50 anos, prossegue o articulista:

"De entre esses aspectos resalta o da apolitização dos militares e consequente despolitização, definível por um misto de ignorância e desinteresse político. Quanto a concepções ultrapassadas, há duas que transcendem todas as demais por serem base de funcionamento eficiente de todas as instituições deste ou de outro tipo: são as de disciplina, e de hierarquia. Mas há (ainda) outros conceitos a consagrar, como a idéia força de que as Forças Armadas são o povo em armas.

Muitas pessoas criticam em círculos fechados de maledicência os militares que viram de cabelos compridos, boinas na mão, meias multicores, sapatos de fantasia e outros despropósitos, de atavio e de comportamento.

Criticam estas coisas com muita razão, porque há coisas que chocam toda a gente, e aproveitam a oportunidade para contarem as últimas anedotas da reação e os rumores pos-

tos a circular, queixam-se também das promoções e graduações "ad hoc" e do critério do saneamento e da feitura das escalas. Alguns dos que criticam são civis a quem convém criticar. Outros — a maior parte —, são militares já na reserva ou ainda no ativo.

Não comentamos as pessoas a não ser pelo fato de fazerem as suas críticas e fazerem as suas queixas em círculos fechados de maledicência...

Mas, contestamos a atitude de quem, em vez de se dispor a colaborar no estabelecimento duma nova ordem e num preciso equilíbrio, social ou militar, continua a defender à "outrance" a apolitização dos militares, a disciplina imposta, a hierarquia com direitos adquiridos e indiscutíveis, os privilégios das classes em termos de discriminação e a manutenção de critérios de promoção não seletivos, quando não francamente negativos no aspecto humano e profissional.

Entendemos então que é preciso acelerar o processo revolucionário e prolongá-lo até se chegar ao termo que, em Abril de 1974, se definiu!..."

### SYLVIO BAND

Engenharia Civil — Incorporações  
Rua 7 de Abril n.º 105 - 9.º a. - cj. 9D  
telefone 34-7372 - São Paulo

### LIVRARIA ENCONTRO

Uma presença portuguesa em Brasília  
Serviço de Reembolso Postal:  
qualquer livro para qualquer parte  
Galeria do Hotel Nacional, lojas 22/23  
Brasília

### LIVRARIA CIÊNCIAS HUMANAS

livros universitários  
sociologia, política, filosofia,  
história, etc.  
Atende-se pelo reembolso postal  
Rua 7 de Abril, 264 — Loja B2  
Tel.: 36-9544 — São Paulo

### guedespinto associados

Comércio, Engenharia, Projetos e Planejamento Ltda.  
Al. Campinas, 1.193 - Fone: 287-5695 - J. Paulista - S. Paulo



### Editora Polícor Ltda.

Rua Almeida Torres, 119 — Armazém, 5  
Fone: 278-4738

Composição em linotipos  
Impressão tipográfica  
Offset  
Livros — Revistas — Folhetos



### VERBO

Enciclopédias - Dicionários - História - Ensaio - Ficção - Divulgação Científica - Poesia - Livros de Arte - Arqueologia - Literatura Infantil - Literatura Juvenil  
EDITORA VERBO, LIMITADA — Tel.: 278-0444  
Rua Bueno de Andrade, 480-484 — São Paulo



### ULISSEIA

### Carteiras de seguros:

Incêndio — Transportes — Responsabilidade Civil —  
Lucros Cessantes — Vida — Roubo — Riscos Diversos —  
Importação — Acidentes Pessoais — Fidelidade —  
Automóveis — Vidros — Seguro Educação



Loide Nacional Corretora de Seguros Ltda.

Largo do Arouche, 337 — 10.º andar

Telefones: 220-0607 — 220-0650 — 220-5008

CEP 012019 — SAO PAULO





### CAMPEONATO NACIONAL DA 1.ª DIVISÃO

Resultados da 22ª rodada:

Porto	0	Benfica	3
Sporting	3	U. de Tomar	0
Oriental	1	Farense	1
Belenenses	0	Atlético	1
Espinho	1	Boavista	6
Cuf	1	Leixões	0
Olhanense	1	Vit. Setúbal	1
Académico	3	Vit. Guimarães	3

Continuando o Campeonato Nacional, a 22ª rodada não trouxe nada de novo a não ser a vitória do Atlético sobre o Belenenses no campo deste.

Os restantes jogos deram-nos resultados que não se afastaram muito dos prognósticos gerais que alinhavam na lógica, se o termo lógica pode ser empregado, em matéria de futebol. A derrota do Porto não pode ser considerada propriamente uma surpresa, uma vez que, ultimamente, o clube das Antas vem desmentindo o favoritismo que vinha grangeando desde o início do Campeonato. Digna de destaque, a ampla contagem conseguida pelo clube do Bessa em Espinho que confirma a boa forma da sua equipe, que pela primeira vez ocupa um dos lugares cimeiros da tabela de classificação geral. Assim, o Benfica com 3 pontos de diferença sobre o seu velho rival, parece encaminhar-se para a conquista de mais um título que no começo dava a impressão estar fora do seu alcance.

Classificação após esta rodada:

1.º Benfica	36 pts.
2.º Sporting	33 "
3.º Porto	32 "
4.º Guimarães	29 "
5.º Boavista	27 "
6.º Farense	23 "
7.º Belenenses	22 "
8.º Leixões	20 "
9.º Vit. Setúbal	19 "
10.º Cuf	19 "
11.º Tomar	18 "
12.º Atlético	18 "
13.º Oriental	15 "
14.º Académico	14 "
15.º Espinho	13 "
16.º Olhanense	12 "

### NACIONAL DA 2.ª DIVISÃO Zona Norte

Beira Mar	29 pts.
Famalicão	27 "
Sporting de Braga	26 "
Riopele	25 "
Sanjoanense	24 "
Penafiel	24 "
Salgueiros	23 "
Régua	22 "
Gil Vicente	22 "
Paços Ferreira	22 "
A. D. Fafe	22 "
Varzim	22 "
Lusitânia de Lourosa	21 "
União de Coimbra	21 "
Desportivo de Chaves	20 "
Oliveirense	19 "
Alba	19 "
Feirense	17 "
Villanovense	17 "
Tirsense	16 "

### NACIONAL DA 2.ª DIVISÃO Zona Sul

Barcelense	34 pts.
Estoril	34 "
Portimonense	29 "
Caldas S. C.	26 "

Marítimo	26 "
Montijo	25 "
Estrela de Portalegre	23 "
Sesimbra	23 "
Torriense	23 "
Marinhense	21 "
União de Leiria	21 "
Peniche	20 "
Lusitano	20 "
Juventude	20 "
Almada	19 "
União Sport	19 "
Sintrense	17 "
Torres Novas	15 "
Cova da Piedade	13 "
Odivelas	12 "

### NACIONAL DA 3.ª DIVISÃO CLASSIFICAÇÃO Série A

P. Brandão	34 pts.
Paredes	31 "
União de Lamas	29 "
Desp. das Aves	27 "
Freamunde	26 "
Rio Ave	25 "
Sp. Lamego	24 "
Vianense	24 "
Avintes	23 "
"Os Limianos"	22 "
Desp. Bragança	22 "
Esposende	21 "
Leça F. C.	20 "
Vila Real	18 "
Desp. Monção	18 "
F. C. Vizela	16 "
Cabeceirense	15 "
Ponte da Barca	14 "
Bairro Latino	10 "
Moncorvo	6 "

### Série B

Sp. Covilhã	36 pts.
Naval 1.º Maio	32 "
Rec. de Águeda	27 "
Ac Viseu	27 "
"Os Marialvas"	23 "
A. D. Guarda	22 "
Lousanense	22 "
Oliv. Bairro	22 "
Valecambrense	21 "
Cucujães	21 "
L. Vildemoinhos	21 "
P. Castelo	21 "
Mangualde	21 "
Esperança	21 "
Ala Arriba	20 "
Febres	19 "
Anadia	17 "
Gouveia	14 "
Ovarense	11 "
"Os Pinhelenses"	2 "

### Série C

Elétrico	29 pts.
Sacavenense	28 "
D. Portalegrense	27 "
Campomaiorense	26 "
"O Elvas"	26 "
Alhandra	26 "
U. Santarém	26 "
Marrazes	23 "
Vilafranquense	23 "
U. Almeirim	22 "
G. Alcobaça	22 "
Bombarralense	21 "
Alverca	20 "
Castelo Branco	19 "
Sp. Pombal	19 "
Alcanenense	19 "
S. L. Cartaxo	17 "
União Mirense	13 "
"Os Nazarenos"	12 "
Tramagal	0 "

### Série D

Seixal	29 pts.
Esperança	29 "
Vasco da Gama	28 "
Amora	27 "
Costa Caparica	26 "
Casa Pia A. C.	26 "
Alcochetense	26 "
Desp. de Beja	22 "
U. Sambrasense	21 "
Lusitano V. R.	21 "
S. L. Olivais	21 "
Odemirense	19 "
Operário	18 "
Aljustrelense	17 "
Santiago Cacém	17 "
Luso	16 "
Paio Pires	16 "
At. Reguengos	15 "
Torraltá	14 "
Silves F. C.	12 "



### O alcance da descolonização

"Quero felicitar-vos pelo extraordinário esforço que vocês estão fazendo pelo nosso jornal — o único baluarte de uma autêntica democracia em Portugal.

A descolonização — o que de mais transcendente se tem feito — é uma obra notável, com implicações na África Austral (Rodésia e África do Sul) e até, via Península, na Europa Ocidental e U.S.A.. É por isso mesmo que surgem em certa imprensa artigos como o que vocês me mandaram, artigos que já pertencem a um passado morto e bem morto!" Ruy Luiz Gomes, Porto, Portugal.

As referências a PORTUGAL DEMOCRÁTICO vão à conta da velha e para nós muito honrosa amizade que liga o Prof. Ruy L. Gomes a este jornal.

### P.D. e a informação

"Foi uma surpresa muito agradável receber o "Portugal Democrático" ao fim de tantos anos. Embora eu fosse muito pequena, ainda me lembro do "velho" P.D. que o meu avô recebia. Achava o jornal muito curioso porque os seus cabeçalhos tinham palavras diferentes das de cá. Hoje o P.D. na continuação da sua luta por uma informação verdadeira é uma poderosa arma de informação na mão do emigrante, esteja ele onde estiver. Dá-lhe uma visão bastante precisa dos aconteci-

mentos e das fases porque passa o processo de democratização e descolonização português, e pode alertá-lo contra todos aqueles que dizendo-se "amigos fiéis" do povo português e dos povos das colônias não querem mais do que continuar, mas de uma forma mais velada, a explorar esses mesmos povos. Então depois do 28 de setembro parece que a "compreensão" desses senhores para com o nosso povo se sumiu.

Agora encaram o nosso país com aversão e dizem que vamos cair numa nova ditadura. É que entre uma ditadura da maioria e uma da minoria, eles preferem a última porque é aquela que lhes permite explorar à vontade, desenfreadamente, um povo". Maria Manuela M. Matos, Lisboa.

Infelizmente não podemos proporcionar aos nossos leitores todo o texto da carta da Maria Manuela, dada a sua extensão. No entanto, a parte que transcrevemos é suficiente como testemunho da fé e do entusiasmo com que a juventude de Portugal encara hoje os destinos da sua pátria. Pelas referências a P.D., os nossos agradecimentos.

### INSERVA — Turismo

Passagens aéreas e marítimas  
Rua Barão de Itapetininga, 255  
Loja 27 - Galeria Califórnia  
EMBRATUR 163/SP - cat. "A"  
Tels.: 36-1325-34-0029, 35-7323 - São Paulo



Rodoviário  
"CARAVELLE"  
Ltda.  
"O jato na Rodovia"  
Transportes rápido entre: Rio - São Paulo - Niterói - Magé - Rio Bonito.  
RIO SAO PAULO NITEROI  
260-5075 92-1864 5294

### CENTRO DE NEGÓCIOS PAULISTA

"Os bons negócios fazem bons amigos"  
Técnicos especializados em avaliações, instalações e orientação de estabelecimentos comerciais.  
Rua 15 de Novembro, 13 — 3.º andar  
Tels.: 36-8784 e 35-8077 — São Paulo

# LIVROS

## CADERNOS E MATERIAL ESCOLAR



Para todos os cursos,  
desde o 1.º grau até ao universitário,  
com o timbre de confiança  
de quem já serviu  
3 gerações.

LIVRARIA E PAPELARIA

# SARAIVA

É UMA SÓ COM TRÊS ENDEREÇOS:

▶ RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 203

▶ PRAÇA DA SÉ, 317 (Junto à Catedral)

A caçula ▶ RUA SÃO BENTO, 196 (Esq. Pça. Patriarca)



# Agricultura: uma questão em foco

O conceito de desenvolvimento tem de tomar-se de uma forma ampla que não se circunscreve, por essa razão, a uma simples expansão econômica. Desenvolvimento não significa apenas aumento quantitativo da produção; ele visa também e sobretudo a distribuição equitativa dos rendimentos e a larga participação da população e de todos os trabalhadores nas instituições econômicas, sociais e políticas.

De certo modo pode afirmar-se que a mo. a real do progresso não só econômico como também social e cultural reside na industrialização. No entanto, ao contrário do que muitas pessoas pensam, não se pode subestimar o papel da agricultura no processo de desenvolvimento, principalmente nos países, como o nosso, que não podem considerar-se como industrializados e onde o setor agrícola ainda ocupa posição relevante. E ao fazê-lo é necessário verificar se a agricultura se acha estruturada de maneira a responder efetiva e convenientemente às exigências do desenvolvimento econômico global. No caso negativo, a adoção de medidas concretas e eficazes que levem à criação daquele condicionalismo assume posição prioritária.

Há países onde uma relativamente pequena percentagem da população agrícola controla uma parcela muito importante da terra arável. Esses grandes proprietários, da mesma forma que os grandes empresários capitalistas do setor, colhem os principais benefícios da atividade agrícola, detendo por outro lado nas suas mãos, em consequência da sua própria posição social e econômica, os restantes meios de produção: crédito agrícola, assistência técnica, rede hidro-agrícola efetuada na maior parte dos casos à custa da população, estradas, eletrificação, etc. Tudo isso se soma no poder que esses grandes proprietários e capitalistas têm no acesso a fatores modernos de produção e aos mercados nacionais e internacionais, reforçando ainda mais a sua posição sócio-econômica. Além de tudo isto, uma larga percentagem da população agrícola, composta principalmente de pequenos e médios produtores e de trabalhadores agrícolas, não só se encontra praticamente privada de terra arável (ou quando a têm é numa dimensão bastante exigua que mal dá para o seu sustento) como também não possui as vantagens e as possibilidades dos grandes proprietários e dos grandes capitalistas agrários, como já se disse acima. Daí viverem esses camponeses na miséria. Daí igualmente a impossibilidade de desenvolvimento da agricultura e, por consequência, tal como fizemos notar atrás, de toda a economia. Em países onde se verifiquem circunstâncias deste tipo, alerta-nos O. Lange (1), cria-se a necessidade de realizar reformas na estrutura so-

cial da sua agricultura de modo a superar situações impeditivas do seu desenvolvimento. A reforma agrária, acrescenta mais adiante aquele economista, aparece como uma medida indispensável para o êxito de uma política de progresso.

Se nos basearmos no Inquérito às explorações agrícolas levado a cabo no ano de 1968, constatamos que em Portugal a estrutura agrária apresenta características próximas das que se apontaram anteriormente. Efetivamente, cerca de 78 por cento do número de explorações tem menos de 4 hectares, ocupando apenas 15 por cento da superfície agrícola útil, enquanto que as explorações com mais de 200 hectares representam aproximadamente 0,5 por cento do total e abrangem perto de 40 por cento da área útil para a agricultura. A situação torna-se ainda mais gritante se se tiver em conta, tal como demonstraria a subdivisão da última classe de área incluída no quadro seguinte, que as explorações superiores a 1.000 hectares ocupam, na verdade, mais de 20 por cento da nossa superfície agrícola útil.

## ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (2)

Classes de área (ha)	% do total	% da superfície
0,05 — 1	38,6	2,5
1 — 4	38,6	12,4
4 — 20	18,8	23,6
20 — 200	2,9	21,7
mais de 200	0,4	39,6

Esta circunstância justifica a necessidade de se transformar a nossa estrutura agrária de maneira a criarem-se progressivamente as condições para uma repartição dos rendimentos de acordo com o trabalho produzido. São estes, entre outros, os objetivos de uma autêntica Reforma Agrária, que mais não é do que um conjunto de medidas que levem efetivamente à liquidação das relações de produção feudais, semif feudais ou quaisquer outras de tipo antagônico na agricultura, entre as quais se encontram as que resultam da estrutura da propriedade fundiária e da consequente legislação sobre arrendamento rural. O peso de uma estrutura deste tipo

— das explorações e da propriedade — não se sente apenas através da extensão relativamente importante das terras que estão nas mãos de grandes proprietários, mas também das injustiças que daí advêm. Prejudicial no plano social, este sistema não é o menos no plano econômico: subutilização da terra, de que temos vários exemplos no Alentejo e em outras regiões do País, desvio dos rendimentos provenientes da sua exploração para circuitos que nada têm a ver com a produção agrícola nem com ela estão relacionados, utilização das rendas das terras em despesas de luxo ou em investimentos extra-agrícolas não-reprodutivos, etc.

Uma política de Reforma Agrária terá, pois, que ter em atenção, os grandes latifúndios e limitar substancialmente as grandes explorações agrícolas capitalistas, servindo a parte expropriada para a constituição de cooperativas de pequenos agricultores ou de trabalhadores do campo. Por outro lado, independentemente do apoio inicial e preferencial em vários níveis aos pequenos e médios agricultores, a Reforma Agrária terá de conceder meios e quadros necessários à formação de cooperativas de produção integradas e dirigidas por estes últimos extratos da agricultura, além de reformular toda a estrutura das cooperativas atualmente existentes, criadas durante o regime anterior, de maneira a dar-lhes realmente um conteúdo verdadeiramente cooperativista, o que não acontece presentemente. Esta última medida passa necessariamente pela garantia de direção dessas cooperativas por pessoas capazes de lhes emprestar esse cunho cooperativista.

Além destes pontos, outros haverá que uma política de Reforma Agrária terá de incluir. É o caso do controle oficial da venda de terras de forma a assegurarem-se os objetivos já expostos assim como a completa reestruturação dos organismos estatais de vulgarização agrícola e de assistência técnica. De igual modo se terá de incorporar nessa Reforma Agrária a adequada criação de empresas públicas de aluguel barato de equipamento agrícola aos pequenos e médios agricultores e sobretudo às suas cooperativas de produção. Uma outra medida não menos importante de Reforma Agrária é a de reorganização dos sistemas comerciais dos produtos da agricultura e dos que esta necessita (adubos, sementes, maquinaria diversa, rações, etc.), com controle oficial, tendente para a nacionalização, de maneira a subtrair os pequenos e médios agricultores e as suas cooperativas da especulação de intermediários gananciosos. Por fim, a concessão de crédito a juro baixo e a eliminação das taxas e impostos que recaem sobre os pequenos agricultores completam o conjunto de

medidas essenciais que integram a Reforma Agrária.

A dependência em que se encontram os nossos camponeses resulta essencialmente das condições estruturais anteriormente definidas que recebemos do regime deposedo em 25 de Abril. A Reforma Agrária envolve instrumentos eficazes para a sua libertação.

(1) O. Lange — Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico, Prelo Editora, 1967, pág. 14.

(2) I.N.E. — Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente — 1968.

'do Boletim Informativo das Forças Armadas.' n.8

## Aumentam remessas de emigrantes

Durante os nove primeiros meses de 1974, as remessas dos emigrantes totalizaram 22.913 milhares de contos, o que significa um aumento de mais de três milhões de contos em relação a igual período do ano anterior. Segundo a Direção de Estatística e Estudos Econômicos do Banco de Portugal, a quem se deve a divulgação daqueles números, no primeiro trimestre do ano transato as remessas atingiram os seis milhões e 430 mil contos; no segundo, 5.543 mil contos; no terceiro, 10.940 mil contos. Os números relativos ao último trimestre de 1974 ainda não foram divulgados, mas preve-se que a quebra resultante do 28 de Setembro, que teve particular incidência no mês de Outubro, tenha sido recuperada em Novembro e Dezembro. — "A Capital", de Lisboa.

## Ind. de Artefatos de Couro MARINDA Ltda.

Injeção de Plásticos para Terceiros Especialidade em estojos para Rádios Transistores

Rua Apacé, 350 - Jabaquara São Paulo, (Trav. da Av. George Corbisier, Alt. 976).

## Dr. Edison Rodrigues-Chaves

Advocacia cível e comercial Inventários, partilhas e arrolamentos - Desquites e anulação de casamento - Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contratos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas. Rua Líbero Badaró, 488 - 5.º andar - Fone: 37-0933 - São Paulo

## PORTUGAL DEMOCRÁTICO

26 DE FEV. A 4 DE MARÇO DE 1975

Publicação da Editora Portucalense Ltda. Diretor Edison Rodrigues Chaves Conselho de Redação Alexandre Antunes Pereira Fernando Lemos João Sarmento Pimentel Joaquim Quitério Manuel Ferreira Moura Raul Cirilaco da Cunha Redação Rua Líbero Badaró n.º 488 - 5.º - s/50 Caixa Postal 6248 - CEP 01000 Telefone: 37-0933 São Paulo - SP

Distribuição: SM Distribuidora de publicações Ltda. Av. Afonso de Taunay, 143 - Barra da Tijuca - Fones: 399-0689 - 399-2570 - End. Telegr.: "EMEEME" - Rio de Janeiro - GB. - Em São Paulo: Rua Casper Líbero, 52. Impressão Jornal Paulista Ltda. Rua Oscar Cintra Gordinho, 46 São Paulo - SP Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas: REPUBLICA - DIÁRIO DE LISBOA - O SECULO - PRIMEIRO DE JANEIRO - NOTÍCIAS DA AMADORA - SEARA NOVA e outros. Correspondentes BRASIL Rio de Janeiro - GB. A. J. Bravo Pr. Floriano, 19, 1.º, s/13 Fone: 224-9765

Recife - PE Angelo Ferreira da Silva Rua do Hospício, 149 - 1.º Londrina Julio Duarte Ed. Centro Comercial - Apt.º 141 Brasília - DF Livraria Encontro S.A. Galeria do Hotel Nacional Lojas 28 e 29 VENEZUELA - Caracas Junta Patriótica Portuguesa Apartado 8287 URUGUAY - Montevideo Junta Portuguesa Del Uruguay Casilla de Correo 2128 PORTUGAL - Lisboa Urbano Tavares Rodrigues Rua Tomás Ribeiro, 40 - 2.º andar INGLATERRA - Londres Portuguese and Colonial Bulletin 10 Fentiman Road - London SW 8 HOLANDA - Amsterdam Tulipa Vermelha Postbus 12039 - Bijmermeer

CANADA - Toronto, Ont. Portuguese Canadian Democratic Association P.O.Box 5921 - Station (A) CHECOSLOVAQUIA - Praga 1 João Ribeiro Postovni Urad-Jindriřská UL. C: 14 Scharánka 646 FRANÇA - Paris Grupo de Amigos do "Portugal Democrático" 2, Place François Villon Escalier E - La Courveneuve Seine Assinaturas Para o Brasil Anual ..... Cr\$ 120,00 Semestral ..... Cr\$ 70,00 Vir. aérea Anual ..... Cr\$ 170,00 Semestral ..... Cr\$ 120,00 Para o Exterior - via aérea Anual ..... US\$ 28 Semestral ..... US\$ 21